

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Paulo Baltazar

O Processo Decisório dos Terena

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

SÃO PAULO

2010

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Paulo Baltazar

O Processo Decisório dos Terena

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais (Antropologia) pelo Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação do Profº Dr Rinaldo Sergio Vieira Arruda.

SÃO PAULO

2010

Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Em memória de minha mãe, Paulina Baltazar, e de meus ancestrais que deixaram a Aldeia Bananal em busca de terras estranhas para a realização de sonhos na educação de seus filhos. Com muito sacrifício, Paulina lutou para nos sustentar, permitindo a nossa sobrevivência e ensinando o caminho da retidão para trilhar, repousam nos braços do nosso ITUKÓ'OVITI.

Aos meus tios Hermes e Rufo e a tia Gregória Baltazar que foram basilar na minha formação educacional deste o fundamental até à presente data. Por várias vezes relembaram os momentos vividos na Aldeia Bananal, são os meus grandes interlocutores para compreensão do povo Terena.

À minha esposa Marina pela compreensão, paciência e incentivo para que pudéssemos concluir nossos estudos.

Às minhas filhas Christiane, Luciana e Lucimara, a razão do meu esforço e dedicação em meus estudos, por compreenderem e aceitarem a minha ausência, os genros Rogério, Aparecido e Tiago, pela alegria e entusiasmo participativo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Itukó'oviti pela inteligência e sabedoria.

Ao meu orientador, Professor e Doutor Rinaldo Sergio Vieira Arruda pela paciência, compreensão e contribuição fundamental no acompanhamento deste trabalho, desde a minha chegada à PUC/SP, iniciando os primeiros passos para a minha formação acadêmica até à banca examinadora, os meus sinceros agradecimentos.

A professora e doutora Carmem Sylvia de Alvarenga Junqueira, na orientação durante a preparação para prestar o exame de seleção do mestrado, ensinando-me o caminho da etnografia, a minha eterna gratidão.

À Fundação Ford, representada pela Fundação Carlos Chagas, com toda a equipe pelo financiamento da pesquisa sem a qual não seria possível atingir os meus objetivos.

À Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul que nos ajudou com o curso preparatório para o mestrado. Aos professores (as) Dr (as) Antonio Brand, Antonio Hilário Aguilera, Adir Casaro Nascimento e Marta M. Brustolin.

Ao Professor e Doutor Levi Tenório de Carvalho pela valiosa colaboração na correção de texto e na interlocução sobre a cultura dos povos indígenas Terena, facilitando a minha interpretação, ainapo yáko, mbo'ínu.

Ao Professor e Doutor Gilson Rodolfo Martins pelo incentivo em continuar nos meus estudos desde quando aluno do curso de geografia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Ao ex-prefeito municipal de Aquidauana, Luiz Felipe Ribeiro Orro, pela licença concedida no cargo de Diretor da Escola Municipal Indígena Marcolino Lili, da aldeia Lagoinha para fazer o curso de mestrado na PUC de São Paulo.

Aos meus irmãos indígenas e às lideranças indígenas da Aldeia Bananal e Aldeia Lagoinha, em particular aos meus amigos: Amaro Candido, José Justino, Celso Fialho, Manoel de Souza Coelho, Délio Delfino, Levison Vicente, Laucidio Marques, Edvaldo Felix e Jader Jorge de Oliveira, pela mão amiga e corações abertos para contribuírem neste trabalho.

“Tiraram a vida de uma de nossas lideranças, mas nós, mulheres, temos o poder de gerar outras vidas.”

Marta Guarani, 1998.

BALTAZAR, P. **O Processo Decisório dos Terena**. Dissertação. 2010, 92 p. (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Puc-SP.

RESUMO

Na década de 1980 vários foram os projetos de políticas públicas destinados aos Terena no Distrito de Taunay, com objetivo de facilitar a relação dos povos indígenas com o mundo do branco. O projeto mais recente foi a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil que passa nas proximidades das terras indígenas, servindo de marco revelador no processo de negociação e de decisão das lideranças Terena. Até então as lideranças Terena nunca foram convidadas e nem tão pouco consultadas para participar na elaboração dos projetos destinados as populações indígenas. Como consequência, a maioria dos projetos de políticas pública fracassaram em decorrência de serem construídos em gabinetes, sem a participação da parte interessada. O fator mais importante nesta construção do Gasoduto foi a reunião que aconteceu, em Campo Grande-MS, entre os representantes institucionais nacionais e internacionais envolvidos no projeto e as lideranças indígenas. As lideranças Terena reprovaram a metodologia apresentada na reunião que usava a “distância” como critério empregado pela empresa responsável na construção do Gasbol. As lideranças Terena argumentaram que o critério de distância não faz parte do processo decisório dos Terena, que se baseia na interação entre grupos familiares extensas, bem como a reciprocidade no interesse comum e que são povos unidos independente de distância. Passados dez anos, a implantação do Gasoduto, os recursos aplicados nas aldeias em sua maior parte não trouxeram resultados desejados. A explicação de certos fracassos tem como matriz a desvalorização e desconhecimento do processo decisório do Terena.

Palavras chaves: Lideranças Terena, Processo decisório, Gasoduto.

ABSTRACT

In the 1980s, several government-sponsored projects were directed at improving the relationship between the Terena people and the white population. The most recent of those projects —the construction of a gas pipeline running from Bolivia to Brazil— served as a test case in that relationship. The negotiations around the implementation of the project brought to the surface the contrast between the decision making process which is characteristic of the Terena people and that of the non-indigenous authorities and their organizations in question. Up until then, the Terena leadership had never been consulted or invited to participate in the planning stage of projects aimed at the indigenous population. As a consequence, most of those projects and public policies have failed, due to the fact that they had been decided in the offices of the bureaucrats without the input of the receptors. The highlight of the gas pipeline project negotiations happened during a meeting between the representatives of the national and international agencies involved in the project, on the one hand, and the Terena leadership, on the other, whose venue was in Campo Grande, the capital of the State. On that occasion, the Terena clashed with the white representatives who proposed using the geographical distance between the Terena settlements and the actual pipeline as the sole factor in the financial compensation for the impact which the project would have on the indigenous territory and population. The argument advanced by the Terena leadership, at the time, was that the criterion proposed was contrary to their traditional decision making process. The Terena make their group decisions on the basis of the interaction between the extended family groups as well as the reciprocity of interests within their communities. The present study describes and analyzes negotiation which took place around the gas pipeline project vis-à-vis the features of the decision-making process which is characteristic of the Terena people. The chronology of the negotiation process is given as well as the attending results which derived from the entire process itself.

Key words: Decision-making process, Terena leadership, Bolivia-Brazil gas pipeline, negotiations.

LISTA DE ABREVIATURAS

FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde.

GASBOL – Gás Boliviano.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro.

SPI – Serviço de Proteção aos Índios.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPITULO I A HISTÓRIA DO POVO TERENA.....	19
1.1 A Migração Terena do “Exiva”.....	19
1.2 A ocupação dos Terena no Estado de Mato Grosso do Sul.....	22
1.3 A Guerra do Paraguai e a dispersão dos Terena.....	23
1.4 Os Terena Pós Guerra do Paraguai.....	25
1.5 A Servidão.....	26
1.6 Rondon e os Líderes Indígenas.....	28
CAPITULO II ELEMENTOS BÁSICOS DA CULTURA TERENA.....	34
2.1 O Mito Formador dos Terena.....	35
2.2 As Danças na Aldeia Bananal.....	39
2.3 Aspectos de subsistência econômica.....	45
2.4 A relação dos Terena com a cidade e o mundo do branco.....	46
2.5 O Processo decisório dos Terena.....	50
2.6 Os Terena de hoje e o poder de decisão.....	54
2.7 O processo decisório dos índios e o antigo SPI.....	56
2.8 Processo decisório dos índios protestantes e católicos.....	58
2.9 Processo atual de escolha do Cacique.....	61
CAPITULO III O PROCESSO DECISÓRIO ENTRE OS TERENA: O GASODUTO BOLÍVIA/BRASIL.....	64
3.1 História do Projeto do Gasoduto.....	65
3.2 Negociações com os Terena.....	67
3.3 Proposta das lideranças indígenas Terena.....	70

3.4 Resultado das negociações – uso dos recursos econômicos.....	72
3.5 Considerações sobre o processo decisório dez anos depois.....	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
ANEXOS.....	90

INTRODUÇÃO

A partir do século XIX, a etnografia sul-americana registrou a existência dos Terena no Brasil, especificamente na região pantaneira, após a travessia do “Huveona Kaxeonó” (rio Paraguai), caminhando na direção do Estado de Mato Grosso do Sul. Foi nas proximidades de Miranda que os Terena instalaram um dos primeiros aldeamentos, como monumento marcante da chegada do “Exiva”¹.

Quando pareciam estar em paz, os Terena tiveram que participar da Guerra do Paraguai, combatendo os invasores em defesa do território brasileiro. Em troca, negociaram com os “purútuye”² a demarcação de terras indígenas para garantir a sobrevivência do grupo étnico.

Após a Guerra do Paraguai, os Terena foram reconstituindo os seus aldeamentos em diversos lugares. Muitos estavam dispersos em fazendas, buscando abrigo e trabalho no campo. Criaram novos aldeamentos, como foi o caso da Aldeia Limão Verde, local de abrigo e refúgio em consequência da invasão “Kaxeonó” (paraguaia).

Os aldeamentos estabelecidos no município de Aquidauana, MS, resultaram do reagrupamento dos Terena após a Guerra do Paraguai, em particular a aldeia Bananal e Ipegue, que são aldeamentos mais antigos. Outros foram destruídos e os atuais receberam nova formatação espacial imposta, sobretudo, pelos coordenadores do antigo SPI (Serviço de Proteção aos Índios, hoje FUNAI).

O novo modelo espacial-geográfico, impresso em terras indígenas (especialmente às Aldeias Bananal e Ipegue), foi copiado da planta das cidades dos brancos, com ruas paralelas e transversais, formando quadras. Mais tarde, com a implantação das redes de água encanada e de energia elétrica, a iluminação das “ruas”, além do transporte coletivo da aldeia para a cidade — típicas de uma organização espacial urbana não indígena —, a etnia Terena deparou-se com o desafio de reconstruir a sua identidade cultural.

A infra-estrutura “civilizada” implantada na aldeia indígena foi iniciativa dos órgãos públicos, com vistas à emancipação do índio. Política adotada pelos agentes do SPI e FUNAI que afetou diretamente a vida e os valores culturais dos Terena. Outra política implantada, com uma visão colonialista e expansionista na região do pantanal sul mato-grossense, foi a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil e da rede telegráfica, comandada pelo

¹ *Exiva* na língua Terena refere-se ao “chaco” Paraguaio.

² *Purútuye* na língua Terena refere-se aos não indígenas, preferencialmente os “brancos”.

Marechal Cândido Mariano Rondon, que contou com a participação da mão de obra indígena. Essas iniciativas progressistas e positivistas impactaram profundamente a vida social e cultural dos povos indígenas, em especial aquelas localizadas nos arredores do Distrito de Taunay, Município de Aquidauana, Mato Grosso do Sul.

Na década de 1980, as aldeias do Distrito de Taunay receberam diversos projetos dos poderes públicos, que tratavam de facilitar a relação do Terena com o mundo dos brancos. Incentivou-se a implantação profissional de padarias e bicicletarias, o uso de tratores com implementos agrícolas, a agroindústria com implementos para a fabricação de rapadura de cana-de-açúcar e farinha de mandioca.

Mais recentemente, o projeto de implantação do gasoduto Bolívia/Brasil, que passa nas proximidades das terras indígenas, serviu de marco revelador do processo de negociação e decisão das lideranças indígenas. Até então, essas lideranças nunca foram consultadas e nem tão pouco convidadas a participar na formulação de projetos destinados às comunidades indígenas, estratégia que teve como consequência o fracasso na efetivação dos projetos anteriormente impostos.

O projeto do gasoduto Bolívia/Brasil, surgiu da necessidade de se adquirir o suprimento de energia do país vizinho, em curto prazo, para atender à demanda nacional no setor energético, serviu, portanto, de espaço intercultural no qual as lideranças Terena puderam manifestar sua vontade e consolidaram o seu processo decisório comunitário. A assinatura do Tratado de La Paz, em 1996, entre os governos da Bolívia e do Brasil, visava a enfrentar a crise energética verificada no país na década de 1990. Estudos apresentados pela Universidade Federal do Rio de Janeiro indicavam essa iniciativa como solução para o problema energético daquele período. Coincidiu esse empreendimento com o debate sobre a conservação ambiental, verificado na conferência “Rio 92”, patrocinada pela Organização das Nações Unidas.

O projeto do gasoduto era benquisto pelo Banco Mundial, que facilitou o seu financiamento. O Brasil afirmava poder solucionar o suposto *déficit* de energia elétrica em decorrência de anúncios de que o país poderia sofrer um “apagão”, em 2001, colocando em risco o desenvolvimento da indústria nacional.

Em 1997, iniciava-se a construção do gasoduto em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, percorrendo 3.150 quilômetros, passando pelos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, até chegar ao Rio Grande do Sul. No percurso do traçado em território brasileiro, foi identificada, pelo Estudo de Impacto Ambiental, a existência de aldeamentos indígenas nos Estado de Mato Grosso do Sul, São Paulo, e Santa Catarina, localizados nas

proximidades da construção. O projeto físico, em si, não afetava a terra indígena, e por isso, não seria necessária a retirada dos índios do seu território, em decorrência do impacto ser indireto.

Apesar disso, o IBAMA exigiu a coleta de mais informações, por meio de estudos antropológicos, em decorrência da presença indígena ao longo do traçado do gasoduto. Desses estudos dependia a concessão de licença para a instalação. O IBAMA exigia, ainda, uma análise conjunta com as lideranças indígenas das consequências da execução daquele empreendimento.

A PETROBRAS, prevendo reivindicações compensatórias por parte das lideranças indígenas localizadas nas proximidades do gasoduto, antecipou-se, solicitando que a empresa de consultoria PRIME analisasse os benefícios que podiam ser concedidos às comunidades indígenas na área de influência do gasoduto. A PETROBRAS considerou três aldeias, localizadas nas proximidades do traçado do gasoduto, para receber a construção de casas especiais, no valor de cem mil reais para Aldeinha em Anastácio, e as aldeias: Moreira e Passarinho, no município de Miranda. Seria oferecida a construção de uma escola, no valor de cinquenta e um mil reais.

Assim, entendendo as exigências do IBAMA e movidos pela antecipação da PETROBRAS em relação aos benefícios, realizou-se, em 19 de agosto de 1977, em Campo Grande/MS, uma reunião entre lideranças indígenas e representantes de instituições nacionais e internacionais envolvidas no projeto. Os Terena reprovaram o critério de “distância” relativa, metodologia adotada pelos empreendedores para concessão de benefícios, conforme formulados pela PETROBRAS. As lideranças argumentaram que o critério de “distancia” não faz parte do processo decisório dos Terena, que se baseia na interação entre grupos familiares, com reciprocidades de interesse comum, afirmando, ainda, que são povos unidos, independentemente das distâncias entre seus aldeamentos.

Verifica-se, portanto, uma diferença categórica na forma de decisão entre os proponentes do projeto e a etnia Terena chamada a participar das discussões. O processo decisório tradicional dos índios baseia-se na forma consultiva de argumentação individual e decisão deliberativa na forma coletiva dos índios, ao contrário dos “purútuye”, que preferem uma decisão unilateral ou democrática quando esta expressa a vontade da maioria por meio do voto. Com isto, as comunidades indígenas são consideradas como se fossem apenas um bairro urbano da sociedade nacional, passivo aos ditames “democráticos” de quem decide por eles. Nessa ótica, vários projetos destinados às comunidades indígenas são fadados ao fracasso, exatamente por desconhecerem ou desrespeitarem os saberes tradicionais dos líderes indígenas.

Sabemos hoje, passados dez anos da implantação do projeto do gasoduto, que os recursos aplicados nas aldeias, em sua maior parte, por vários motivos, não trouxeram os resultados desejados. A explicação para esse fracasso tem como matriz a desvalorização e desconhecimento do processo decisório dos indígenas.

Buscando conhecer e compreender o processo decisório dos Terena, durante a elaboração do projeto do gasoduto Bolívia/Brasil e as propostas apresentadas durante a reunião de negociação com os promotores, esta pesquisa evidencia que as lideranças Terena estão acostumadas com “houxóvoti”³ pois são elementos constitutivos da tradição no processo tradicional de decisão que exige constantes encontros de conselheiros tribais buscando consenso.

Portanto, este trabalho tem por objetivo primordial analisar o processo decisório das lideranças indígenas Terena a partir do projeto da construção do gasoduto Bolívia/Brasil. E, a partir dessa análise, apontar as implicações e aplicações do processo de negociação com agentes promotores do desenvolvimento dentro dos valores culturais Terena, identificando os canais de interlocução apropriados entre os gestores de política pública e as instituições de decisão do povo Terena.

Para alcançar tais objetivos, fez-se necessário proceder ao recorte entre as aldeias que receberam a compensação, em benefícios, pelo projeto gasoduto. Dentre elas, concentramos a pesquisa nas aldeias Bananal e Lagoinha, que estão a 57 quilômetros de distancia de Aquidauana, MS, na latitude de 20° 15' 216" e longitude 56° 04' 058". A densidade populacional é de 1.792 pessoas nas duas aldeias, que estão sob a administração do Posto Indígena Taunay. Somados com os habitantes do Posto Indígena Ipegue, seu vizinho, esse total alcança 4.042 indígenas (FUNASA 2009) em todas as aldeias: Ipegue, Colônia Nova, Morrinho, Imbirussú e Água Branca, além de Bananal e Lagoinha, numa área demarcada de 6.334 hectares de terras indígenas.

A escolha da Aldeia Bananal se justifica pelo fato de ser uma aldeia antiga, por sua maior densidade populacional, centralizada e centralizadora das decisões, influenciando as outras aldeias. Essa aldeia sempre foi fornecedora de índios na formação de novas aldeias no seu entorno. Exemplo disso é a aldeia Lagoinha, como é conhecida pelos purútuye. Seu nome tradicional é “Kali Lâvona”⁴. Localizada a um quilômetro de Bananal, nasceu em decorrência do cultivo de roças dos índios vindos de Bananal, local escolhido por ficar longe dos animais de pequeno porte.

³ Houxóvoti, na língua Terena, significa reunião.

⁴ Kali Lâvona, na língua Terena, significa “pequeno lago”.

A presente investigação realizou-se nas duas aldeias distintas, buscando analisar os projetos propostos pelas lideranças indígenas e avaliar os resultados alcançados após dez anos de conclusão do projeto GASBOL. O enfoque central é o processo decisório Terena, que norteou as negociações e colocou em evidência os valores culturais subjacentes àquele processo.

Escolhemos a problemática do processo decisório indígena, com a intenção de diagnosticar acertos e desacertos nos “projetos de desenvolvimento comunitário”, de tal forma que em situações futuras, outras políticas públicas, adotadas nas sociedades indígenas, tenham menor impacto negativo e seus resultados sejam maximizados. Dentro deste contexto, é relevante, portanto, investigar, registrar e interpretar, os mecanismos de decisão tradicional na sociedade Terena. Deste modo, o respeito às instituições tradicionais indígenas é ressaltado e sua importância evidenciada na presente pesquisa.

Chamamos a atenção para a necessidade de se compreender e valorizar o processo decisório indígena. O respeito aos valores culturais evidenciados nessa negociação, bem como o processo decisório em si, tem o potencial de minimizar os equívocos verificados ao longo da história do contato entre esses povos e maximizar os seus benefícios, desde que observados a partir da ótica indígena. As políticas públicas precisam levar em consideração as características culturais de cada povo, a forma tradicional de sua organização, economia, território, não generalizando aspectos localizados, autoridades e organizações que pretendem implementar “projetos de desenvolvimento comunitário”.

Trata-se pois, de uma pesquisa de caráter etnográfico, pelo fato de eu ser Terena e atuar como professor e Diretor, nas escolas das duas aldeias campo de pesquisa. Os procedimentos metodológicos incluíram, em um primeiro momento, o levantamento bibliográfico relativo a pesquisas antropológicas e sociológicas cujo enfoque fosse o povo Terena. Logo, passamos à análise documental, reunindo, selecionando e organizando relatórios de encontros, seminários, atas de reuniões e outros registros que pudessem subsidiar informações sobre as negociações e o processo decisório das lideranças indígenas no episódio do gasoduto Bolívia/Brasil.

Como a pesquisa de caráter etnográfico exige, procedimentos também à coleta de dados (empíricos) em campo, com a permanência deste pesquisador no ambiente pesquisado, observando e vivenciando o cotidiano dos sujeitos da aldeia. Entretanto, para que os dados fossem o mais fiel possível, na coleta de dados de campo foram utilizadas questionários, entrevistas, observação *in loco* de cada empreendimento construído ou adquirido nas aldeias Bananal e Lagoinha, com registro fotográfico. As entrevistas estruturadas foram aplicadas a

idosos, ex-caciques e ex-presidentes de conselhos tribais, na época representantes das aldeias e que participaram diretamente nos processos decisórios entre lideranças indígenas e instituições promotoras do projeto, além de moradores das aldeias e professoras indígenas.

Após a coleta dos dados de campo, buscou-se a interpretação desses dados, cotejando-se as respostas às perguntas feitas aos participantes. A observação participante permitiu consolidar a nossa análise, a partir da convivência com as comunidades em questão.

Para finalizar o trabalho de campo, foi feita uma última observação participante numa reunião dos líderes da aldeia Lagoinha, coordenada pelo Presidente do Conselho Tribal. Como de praxe, os membros tomaram os seus assentos, dispostos de forma circular, para que todos pudessem ver e ouvir a argumentação dos conselheiros. Em seguida, iniciou-se a reunião segundo o costume tribal, a começar pelos mais idosos.

Como fundamentação teórica, optamos, em especial, pelos textos de Martins (2000); Bittencourt e Ladeira (2000); Taunay (1931); Alves Ribeiro (1984); Relatórios de Rondon (1901); Altenfelder Silva (1946/1947); Cardoso de Oliveira (1976); Pierre Clastres (2003); Hage (2008); Geertz (1983); e Arruda (2002), entre outros, além de textos documentos como por exemplo, a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho e o Estatuto do Impacto Ambiental.

Apresentamos no primeiro capítulo o desenvolvimento histórico do povo Terena, desde a migração do “Exiva” até chegar às reservas atuais. Afirma Martins (2000) que o ingresso de várias etnias chaquenas em território brasileiro aconteceu a partir do século XVIII, na região do pantanal sul mato-grossense. Por sua vez, Bittencourt e Ladeira (2000) fornecem um panorama histórico, retratando também a saída do “Exiva” e vários acontecimentos durante a trajetória do povo Terena, indicando o primeiro aldeamento no município de Miranda e a dispersão dos índios em consequência da Guerra do Paraguai. Não poderíamos deixar de citar a obra clássica de Taunay (1931), “Entre os nossos Índios”, que descreve a dispersão e ocupação dos índios Terena e Kinikináu no vale da serra de Maracajú, local de resistência e confronto do grande episódio bélico durante a Guerra do Paraguai, sob a liderança de Pacalalá, jovem herói Terena.

A guerra exigiu o sacrifício de muitos e o derramamento de sangue de povos indígenas. Logo, iniciou-se a fase da “servidão”, quando se viram forçados a trabalhar nas fazendas de gado, o que exigiu energia e resistência dos índios na exploração de mão de obra pelos latifúndios. Na obra “150 anos de Taboco, Balaio de Recordações”, Renato Alves Ribeiro (1984) afirma que, nas fazendas, oitenta por cento da peonada era de índios, sendo que o serviço doméstico nas casas dos patrões sempre foi exercido pelas mulheres indígenas.

Rondon, quando esteve à frente da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas no (então) Estado de Mato Grosso (1901), relatou os conflitos acirrados entre índios e fazendeiros, que chegaram ao seu conhecimento, a ponto de fazê-lo escrever cartas aos fazendeiros, pedindo-lhes que evitassem a carnificina que ameaçava a população indígena.

No final do primeiro capítulo, buscamos compreender os detalhes da negociação e as decisões dos líderes indígenas diante da Comissão de Linhas Telegráficas, sinalizando o respeito de Rondon pelas decisões tomadas pelos líderes indígenas. Ficou ressaltada a decisão tomada pelos índios Bororo de que não podiam atravessar o rio Taquari, porque a terra não lhes pertencia, pois era propriedade dos Terena, Guraikurú, Uachiri, e outros grupos étnicos.

O segundo capítulo trata dos elementos básicos da cultura Terena, seus mitos, danças, aspectos econômicos, a relação dos índios Terena com a cidade, bases do seu processo decisório tradicional em relação ao SPI e na questão que envolveu os grupos católicos e protestantes. Para descrever os elementos da cultura Terena, recorreremos a Fernando Altenfelder Silva (1946/1947) e Roberto Cardoso de Oliveira (1976), obras clássicas no gênero. Menciona-se o “Yurikoyuvakai”, o herói formador dos Terena, que, dividido ao meio por uma disputa familiar, produz as duas metades Terena: “Sukrikiano” e “Xumonó”.

Analizamos o relacionamento entre a comunidade Terena e os representantes do antigo SPI, na pessoa do chefe de posto. Observa-se repetidas interferências dos funcionários do governo nas atribuições e decisões do conselho tribal, o que provocou conflitos entre populações civis e representantes religiosos. Já os primeiros missionários protestantes trataram as lideranças de modo diferenciado, respeitando o processo decisório dos índios, buscando primeiramente o entendimento com o conselho tribal e o cacique da aldeia, para colocar em andamento projetos de benefício para a etnia.

O pensamento de Pierre Clatres (2003) foi útil nessa análise, quando aponta o papel provedor do líder indígena diante das necessidades do seu povo. Desde cedo, o representante do governo se chocava com a liderança indígena por absoluta falta de respeito ao conselho tribal e desconhecimento do seu processo decisório. Os missionários protestantes foram mais cautelosos e preferiram deixar nas mãos dos líderes indígenas a palavra final sobre projetos de interesse comum aos dois lados.

Finalmente, o capítulo três descreve o processo decisório que caracteriza as lideranças indígenas Terena em relação ao projeto do gasoduto Bolívia/Brasil, tendo como base a obra “Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás”, de José Alexandre Althayde Hage (2008) e o Estudo do Impacto Ambiental relativa ao projeto, que identificou a existência de diversos grupos étnicos

instalados ao longo do traçado do gasoduto, em território brasileiro, nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

Cabe salientar, ainda, que foram esclarecedoras e frutíferas, o debate com a população indígena forneceu todas as informações necessárias e atualizadas para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

As lideranças indígenas puseram em cheque os valores dos promotores do projeto, contrapondo os valores culturais indígenas, que priorizam o consenso, a igualdade de benefícios, e a união das populações autóctones. A comissão executora do projeto rendeu-se à sabedoria Terena e repensou a forma de compensação a partir das contra-propostas feitas pelos representantes indígenas, derivadas do seu processo decisório específico.

Agentes promotores de projetos de desenvolvimento social, dirigidos aos povos indígenas, necessitam, como afirma Clifford Geertz (1983), “ver as coisas do ponto de vista dos nativos”, interpretar o “outro” de forma densa, e não superficial.

É oportuna a lembrança de Rinaldo Arruda (2002), que alerta sobre a vigência do texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que assegura aos povos autóctones o direito de participação nos processos de decisão, formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional que lhes dizem respeito.

Por fim, após o terceiro capítulo, seguem as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos.

CAPITULO I

A HISTÓRIA DO POVO TERENA

Este capítulo discorre sobre a migração dos Aruak do “Exiva” para o Mato Grosso do Sul, as origens do povo Terena, que tem as suas raízes nas margens ocidentais do Rio Paraguai. Narra brevemente sobre a saída dos Terena do “Exiva” e os acontecimentos históricos durante a sua dispersão, até à chegada e acomodação nas terras do pantanal sul mato-grossense.

O povo Terena, cuja língua pertence ao tronco lingüístico Aruak, é um subgrupo Guaná. São provenientes da região do “Exiva”, como ainda é lembrado pelos anciãos Terena, ao se remeterem ao “Chaco” paraguaio.

Com relação ao deslocamento dos subgrupos Guaná, Oliveira (1976) relata que quatro grupos teriam atravessado o rio Paraguai, migrando em ondas sucessivas para terras orientais, localizadas entre os paralelos 19° e 21° graus de latitude, na região de Miranda: Terena, Layana, Kinikináu e Exoaladi, sendo que o último grupo teria desaparecido por ocasião da Guerra do Paraguai. Há remanescentes Laiana, em número bastante reduzido, na Aldeia Lalima, município de Miranda, MS. Os Kinikináu também foram reduzidos; alguns poucos se encontram na Aldeia São João, em território Kadiwéu, no município de Porto Murtinho, MS.

1.1 A Migração Terena do “Exiva”

Os Terena tiveram os primeiros contatos com os “purútuye” a partir do século XVI, quando as expedições portuguesas e espanholas, atraídas pelas lendas da existência de minas de ouro e prata na região dos Andes, saíram em sua busca. Passaram pelo Chaco, que era considerado o caminho mais curto para se chegar à região das minas.

Com a confirmação da existência de minas de ouro no Peru e na Bolívia, o rio Paraguai tornou-se o caminho de acesso mais importante para a região, que levava os exploradores às áreas de mineração. Iniciava-se, desta forma, o processo de disputas e conflitos na região chaquenha. A instalação dos espanhóis e portugueses, que construíram casas e vilas e trouxeram consigo diversos tipos de ferramentas para a agricultura, além de plantas e animais, provocou uma profunda mudança na vida dos Terena.

Inevitavelmente, os povos indígenas viram-se no meio do conflito entre portugueses e espanhóis, na disputa pela extração de ouro e prata. O interesse dos povos indígenas era defender as suas áreas, evitando a invasão dos exploradores, mas não tiveram alternativa senão fazer acordos para a sobrevivência do grupo.

Segundo Paulo Augusto Mario Isaac (2004), no final do século XV e início do século XVI, os conflitos motivados pela expansão territorial colocava em lados opostos os povos Guarani e Mbayá Guaykurú/Guaná, que viviam na região chaquenha, ao longo do rio Paraguai, entre os paralelos 20° e 22° de latitude, lugar hegemonicamente dominado pelos Guarani.

Diante da divergência entre os povos da região, os espanhóis se aliaram aos Guarani para combater os seus inimigos, os Mbayá Guaykurú/Guaná, que, por sua vez, fizeram aliança com os portugueses. Nesta área de conflitos entre os europeus e diversos povos indígenas no “Exiva”, foi ainda motivo de disputa a estreita ligação dos Terena com a terra, da qual dependiam, especialmente no caso da extração e da agricultura de subsistência. A pressão pelo uso da terra levou os Terena a se deslocarem em busca de terras virgens.

A saída dos Terena do “Exiva” deu-se pela transposição do rio Paraguai. Gradual e lentamente, os Terena passaram a ocupar a região do pantanal sul mato-grossense, fazendo ali o seu novo habitat. No território brasileiro, o povo Terena enfrentou situações diversas, até porque naquele momento já havia grupos étnicos instalados na região. Isto exigiu dos Terena muita habilidade de negociação e de cautela para a sua própria sobrevivência, ao mesmo tempo em que buscava, manter a sua herança cultural.

Apesar do caráter bélico dos Guaykurú, os Terena conseguiram, com eles fazer aliança, estabelecendo uma relação cordial por meio de um sistema de troca de habilidades e conhecimentos tradicionais. Essa relação, segundo Ribeiro (1976), ocorria em função do conhecimento dos Terena quanto ao cultivo de alimentos. Disso se aproveitaram os Guaykurú, para o suprimento das suas necessidades. Em contrapartida, estes últimos ofereciam aos Terena proteção contra o ataque de inimigos comuns.

Encontrando terras favoráveis para a sua sobrevivência no Mato Grosso do Sul, as fases de ocupação dos Terena são datadas, pelos historiadores, a partir do início do século XVIII. Nesse sentido, Martins (2000, p. 63) afirma:

Acompanhando o ingresso dos Guaikuru em território brasileiro, várias etnias chaquenhas, integrantes da família lingüística Guaná, filiadas ao tronco Aruak, entraram, a partir do século XVIII, em território sul-mato-grossense; entre elas destacam-se os Terena e os Kinikináu, agricultores e excelentes ceramistas.

Segundo Oliveira (1976), a mudança começa a ocorrer na vida dos índios essa consequência das influências dos “purútuye” colonizadores. Destacam-se neste grupo o bandeirante, o sertanejo e o vaqueiro, que encurralaram os índios nas suas áreas e invadiram o seu espaço.

Várias foram as ondas de contato. Sérgio Buarque de Holanda (1990), em “Monções”, afirma que, desde 1622, numerosos grupos armados, procedentes de São Paulo, Parnaíba, Sorocaba e Itu, trilharam constantemente por terras sul-mato-grossenses. Subjugaram índios na sua travessia rumo à região do império incaico, e assolaram, também, povoações de castelhanos.

No final do século XVIII, os Terena, já em terras do pantanal sul-mato-grossense, dedicaram-se ao pastoreio de gado bovino, procedente do triângulo mineiro. Essa ocupação pastoril acontecia pela abundância de pastagens naturais, pela utilização da técnica do retiro improvisado em busca de novas pastagens, o que permitia o avanço dos rebanhos e a ocupação territorial cada vez mais em território indígena.

Outra onda de contato com os purútuye aconteceu com o término da Guerra do Paraguai, em 1869, com a desmobilização da tropa brasileira. Os contingentes começaram a ocupar a região, fomentando a criação de fazendas. Os paraguaios começaram a entrar no território brasileiro, pelo fato de que a guerra teve profundas consequências na vida econômica da nação. Esses paraguaios buscavam novas perspectivas econômicas no território brasileiro.

A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, de 1905 a 1914, foi outro fator de contato, atraindo pessoas de diversos lugares, inclusive indígenas, que foram contratados para trabalhar na expansão da ferrovia. Isso mudou a paisagem regional, estimulando a criação de vilas e núcleos populacionais, como foi o caso do distrito de Taunay, município de Aquidauana, MS.

Um contato intenso verificou-se com os missionários protestantes, a partir de 1912, quando estabeleceram residência dentro da Aldeia Bananal. Numa convivência amistosa com os Terena, os missionários se dedicaram à educação formal, além do proselitismo religioso, provocando disputas com os missionários católicos vindos de Aquidauana.

Outro episódio relevante, na história de relações sociais entre os Terena e populações próximas, foi a construção de linhas telegráficas, sob o comando de Rondon no início do século XX. Nessa época, os Terena estavam dispersos pelas fazendas, vivendo em extrema dependência econômica dos grandes fazendeiros e coronéis, como justifica Renato Alves Ribeiro, em “Taboco, 150 anos – Balaio de Recordações” (1984). A predominância da mão-de-obra nas fazendas era de índios Terena. Com isso, o povo indígena aproximou-se da civilização dos brancos, na lide do campeiro, da agricultura e dos trabalhos domésticos, tornando-se conhecidos por sua conduta leal para com os seus patrões e amigos.

1.2 A ocupação dos Terena no Estado de Mato Grosso do Sul

No território brasileiro, a historiografia registra que os grupos chaquenhos se instalaram em direção aos rios Miranda e Aquidauana, que são tributários do rio Paraguai, entre os paralelos 19° e 21° de latitude. Segundo Bittencourt e Ladeira (2000), os Terena, logo após deixarem o “Exiva”, foram os primeiros a ocupar a área da atual região de Miranda, que, na época, era desabitada.

Como aconteceu no “Exiva”, a história se repetiu em pleno território brasileiro, quando foram descobertas minas de ouro em Cuiabá. Isso provocou a corrida de bandeirantes paulistas, que seguiam os rios Tietê, Paraná, Sucuriú, Taquari e Paraguai, caminhos naturais para o transporte e escoamento de metais preciosos. A região do pantanal sul mato-grossense era dominada, na época, por diversos grupos indígenas, entre eles os Guaykurú e Guaná, e subgrupos Paiaguá e Guató. Era necessário, portanto, adotar estratégia de passagem segura pelo pantanal, como indica Sérgio Buarque de Holanda (1990, p. 103): “as necessidades de defesa contra a ameaça permanente dos índios explica algumas medidas de cautela empregadas, desde cedo, nos rios do pantanal”. As embarcações que trafegavam pelo Rio Paraguai adotaram a prática da navegação por comboios, que eram acompanhados de barcos armados, para garantir a defesa contra os possíveis ataques dos índios.

No final do século XVIII, os Terena foram afetados pela disputa do território entre portugueses e espanhóis. Os portugueses logo se preocuparam em defender a fronteira contra os invasores, construindo o Forte Militar de Dourados, o Forte de Coimbra e o Presídio de Miranda. Já os espanhóis estavam preocupados com a instalação de fazendas e com a produção agropecuária para garantir o povoamento da terra e, ao mesmo tempo, com a

expulsão de diversos povos instalados no pantanal sul mato-grossense. Esse fato levou os Guaykurú e os Terena a fazerem alianças para combater os invasores.

Os Guaykurú eram exímios cavaleiros, em decorrência da domesticação de animais trazidos pelos espanhóis; o seu poder de combate era temido, tanto por portugueses como por espanhóis. A utilização do cavalo estendeu a sua área de perambulação e domínio, ia desde o município de Porto Murtinho, no Mato Grosso do Sul até Cuiabá, no (hoje) Mato Grosso.

O tratamento dos invasores parece que foi um pouco diferente nesta fase, pois a aproximação com os índios foi feita de forma pacífica, por meio de presentes. O interesse por detrás dessa oferta de amizade era o desejo de explorar a farta mão-de-obra indígena, que podia ser utilizada nas lavouras de cana-de-açúcar, nas fazendas de criação de gado e na extração de minérios. Bitencourt e Ladeira (2000, p. 42) afirmam que:

Os Guaikuru, depois de muitos confrontos, tiveram interesse em estabelecer um acordo com os portugueses. Daí foi assinado um tratado entre eles no Real Presídio de Coimbra, em 1791. Esse tratado assegurava a proteção da coroa portuguesa e transformava os Mbayá Guaikuru em súditos da rainha de Portugal.

Foi um marco histórico do contato oficial com os portugueses. O acordo assinado com os Guaikuru restabeleceu a paz e a tranquilidade entre os povos indígenas e, principalmente, aos portugueses que buscavam um aliado que conhecesse a região e pudesse auxiliar no combate aos espanhóis.

1.3 A Guerra do Paraguai e a dispersão dos Terena

A Guerra do Paraguai obrigou os Terena a estabelecerem alianças que garantissem a sobrevivência da etnia. Essa foi uma decisão que afetou o futuro e selou a sua sorte no novo território.

Um dos confrontos aconteceu na região de Miranda, no Mato Grosso do Sul, quando um dos grupos invasores atravessou a cidade de Corumbá e o Forte de Coimbra, em dezembro de 1864, justamente nas áreas onde os Terena tinham estabelecido os seus aldeamentos.

Um grupo de invasores do exército paraguaio entrou pelo sul do Estado, na cidade de Dourados, onde encontrou uma tropa brasileira sob o comando do Tenente Antonio João Ribeiro e seus 16 comandados, que resistiram e foram sacrificados. A cidade de Antonio João recebeu esse nome em homenagem ao herói de guerra da Tríplice Aliança.

Os Guaykurú e os Terena, por participarem da Guerra do Paraguai como aliados dos brasileiros, viram as suas aldeias atacadas e destruídas, de forma violenta, pelas tropas paraguaias. Os Terena, que habitavam Miranda e Aquidauana, se dispersaram, buscando refúgio nas matas, enfrentando os invasores em ataques relâmpago, escondendo-se nas serras de Maracajú.

Taunay, em “Entre os nossos Índios” (1931), registra a dispersão dos Terena. A Aldeia Limão Verde, que fica no vale da Serra de Maracajú, a 25 quilômetros de Aquidauana, serviu também de refúgio aos Terena durante o conflito. Segundo Taunay (1931, p. 28), o herói da resistência, Pacalalá era:

um rapaz de pouco mais de vinte anos; tipo soberbo de robustez, índio de raça pura, como lhe denunciava a cor de cobre vermelho, as feições angulosas, os malarres salientes, os dentes acerados e magníficos. Os olhos pequenos e vivíssimos e o queixo acentuado denunciavam-lhes a inteligência e a energia.

O jovem líder Pacalalá e seus comandados, todos dotados de muita coragem, armaram uma emboscada ao exército do Paraguai, que estava se aproximando da aldeia. Seu grande feito foi matar o comandante da patrulha, fato que aconteceu na Serra de Maracajú.

Quando parecia estar seguro e longe da ação dos invasores, um grupo composto de seis Kinikináu e dez Terena, liderados por Pacalalá, foi à beira do rio Aquidauana, onde havia um canavial, com o intuito de fazer rapaduras, quando foram surpreendidos por 200 soldados do exército paraguaio. Mesmo em número reduzido, enfrentaram os soldados, mas o capitão Pacalalá, quando já dava por terminada a sua missão, foi fatalmente atingido pelos inimigos⁵.

Taunay registra, na obra citada, um grande número de Terena, refugiados da guerra, habitando a aldeia denominada por ele de Naxedaxe, que ficava no Distrito de Taunay, no município de Aquidauana. Esse episódio ficou muito bem guardado na memória dos anciãos Terena, que dizem que o significado de Naxedaxe, em língua Kadiwéu, é “o pingo da gordura da carne que cai quando está assando”. Os Terena chamavam de Natakaxe”, procurando imitar a linguagem Kadiwéu.

⁵ Em 1999, o Posto Indígena da Aldeia Limão Verde expôs uma espada em aço, revestida de prata, de sessenta centímetros de comprimento, com uma bainha de metal do mesmo material que foi encontrada pelos atuais moradores da Aldeia em cima da Serra de Maracajú. Acreditam que foi usada pelos invasores paraguaios da época da guerra.

Após a guerra, os Terena se achavam dispersos por toda a região. A guerra trouxe muitos prejuízos aos índios, acarretando uma mudança radical no modo de viver e ser Terena. Aldeias foram totalmente destruídas e suas práticas culturais foram interrompidas pela violência do embate.

1.4 Os Terena Pós Guerra do Paraguai

Terminada a guerra, os Terena começaram a voltar para seus antigos aldeamentos. As aldeias destruídas tinham, agora, outros habitantes, que disputavam com eles a posse da terra. Oficiais que foram desmobilizados do exército brasileiro resolveram ficar na região, não retornando mais às suas cidades de origem. Grupos de paraguaios também começaram a chegar para ocupar as terras de Mato Grosso (do Sul), buscando melhores condições de vida, tendo em vista que o Paraguai passava por situação econômica muito difícil, após a guerra.

Vale lembrar que em 1850 foi decretada a “Lei de Terras” que tinha como objetivo a colonização da região. Isso fez com que as terras se valorizassem, principalmente porque a compra e a venda não precisavam passar pelo aval do governo. Isso significou uma grande perda para os Terena, já que as terras podiam ser comercializadas sem a chancela governamental. Muitas terras indígenas foram vendidas ou incorporadas aos latifúndios vizinhos às áreas indígenas.

Os Terena mais uma vez passaram por dificuldades para estabelecer e consolidar o seu habitat. Não tiveram a mesma sorte que os brancos no reconhecimento de seus direitos, em virtude de serem “mansos” e dóceis, não confrontando com violência os seus concorrentes. Sofreram, desta forma, a expropriação de suas terras, que foram levadas à comercialização.

Já os índios considerados “bravos”, segundo a classificação do governo, lutavam com todos os meios e armas em defesa da sua área de ocupação, impondo respeito aos seus direitos territoriais. Só assim, o governo brasileiro reconheceu a posse de suas terras. Bittencourt e Ladeira (2000, p. 76) afirmam que “os Terena haviam lutado na Guerra do Paraguai para garantirem os territórios que ocupavam, mas este direito não foi garantido pelo governo brasileiro e a vida do povo Terena seria, a partir daí, bem diferente”.

Desde o século XIX, portanto, os governos brasileiros não têm dado a devida atenção às populações indígenas, em particular aquelas que derramaram sangue no combate contra os invasores do território brasileiro. Vidas preciosas se perderam. Homens, mulheres e crianças pagaram com a vida a desapropriação de suas terras, sofrendo desorganização social e

cultural, num processo de dispersão, por atender à convocação do governo para defender a nação.

1.5 A Servidão

Terminada a Guerra do Paraguai, em 1870, a ocupação de terras pelos fazendeiros e colonizadores no centro-oeste brasileiro começou a se multiplicar. O incentivo do governo republicano para povoar e ao mesmo tempo, cuidar a fronteira do Brasil encontrou resposta rápida desses grupos de colonos.

Essa fase de reorganização sócio-espacial serviu para a consolidação das fronteiras das áreas indígenas e foi importante para assegurar um lugar de reagrupamento de grupos familiares. Os remanescentes Terena, que trabalhavam nas fazendas da região, iniciaram um processo de reagrupamento, visando à sobrevivência como etnia e à reprodução cultural e populacional do grupo.

Nesta nova etapa de vida, os Terena passaram a conviver com outros grupos originários de diferentes regiões, que se revelavam heterogêneos e desconhecidos. “Os ‘purútuye’, [na sua] maioria, [era originária de outras] regiões do Brasil, onde a relação com os índios era fundada na prepotência e no desprezo [ao] bugre” (AZANHA, 2004 p. 07). Isto era um indicativo de que o caminho à sua frente seria de sofrimento e violência.

Os movimentos de expansão da sociedade brasileira baseavam-se na criação de gado bovino e nas plantações em torno das áreas indígenas. Muitos índios, desnorteados, optaram por trabalhar nas fazendas de criação de gado da região.

No livro “150 anos de Taboco, Balaio de Recordações”, Renato Alves Ribeiro (1984) faz comentários elogiosos a respeito dos Terena que trabalharam na fazenda Taboco, dizendo que eram bons empregados, de temperamento dócil, grandes rastejadores, dignos de confiança, ótimos cavaleiros; aprendiam com facilidade os diversos ofícios que lhes colocavam; eram leais amigos aos seus patrões.

Alves Ribeiro (1984, p. 73) afirma ainda que “nas fazendas, oitenta por cento da peonada era de índios, sendo os serviços de casa sempre exercidos por moças índias que eram criadas pelos brancos. Até hoje em Aquidauana é comum as índias servirem de cozinheiras, arrumadeiras e babás”, nas residências de brancos. Na verdade, o autor procura camuflar, desta forma, os vários conflitos e a hostilidade que os Terena sofreram nesse processo histórico de sobrevivência.

Os relatórios de Rondon, quando atuava à frente da “Comissão Constructora de Linhas Telegráficas”, no Estado de Mato Grosso, esclarecem o tratamento dado aos índios, a exemplo o que aconteceu principalmente com os Uachiri ou Guachi, como eram conhecidos antigamente. O tratamento recebido chegava a requintes de crueldade.

Os conflitos acirravam-se e os índios revidavam a opressão e exploração dos fazendeiros, fazendo dos fios de arame das cercas das fazendas pontas de flechas para abaterem animais soltos no campo. Diante disso, os fazendeiros reuniram-se para atacar e matar os índios, procurando dizíma-los, situação que chegou ao conhecimento de Rondon (RONDON 1901, p.62) que escreveu uma carta aos latifundiários da região: “Tão logo tive notícia do primeiro ataque [que se] projetava contra eles, escrevi uma carta ao Coronel José Alves Ribeiro, como o fazendeiro mais inteligente da zona, pedindo-lhe que evitasse a carnificina que [se] projetava contra os índios”.

Apesar da denúncia de Rondon levada ao governo brasileiro, especialmente os fatos que aconteceram entre índios e proprietários de fazendas na região do Taboco, seis meses depois, aconteceu outra carnificina. Mais uma vez recorrermos ao relatório de Rondon para mostrar as barbáries perpetradas, quando afirmava: “foram esses indivíduos tão ferozes que, não contentes em degolar, abriram os ventres de índias que se achavam em adiantado estado de gravidez” (op cit, p. 62).

Os registros de Alves Ribeiro (1984, p.77) mencionam que “outro prejuízo grande que davam era que eles gostavam de comer “nonatos” (bezerro de barriga, às vésperas de nascer). Eles, muitas vezes, matavam as vacas e só tiravam o bezerro contido em seu útero”.

As atrocidades cometidas contra as índias grávidas parecem estar ligadas com as vacas prenhes dos fazendeiros que foram sacrificadas pelos índios, sugerindo que os autores estavam carregados de ira e queriam dar o troco com a mesma moeda.

Rondon deixa clara a sua preocupação em apaziguar o conflito armado entre índios e fazendeiros da região, chegando a pedir providências para evitar a repetição da matança que chamou de “canibalismo dos fazendeiros”.

Aproveitando-se da docilidade da mão-de-obra indígena, os fazendeiros exploravam os índios, como afirma Rondon (op cit, p. 83) em seus relatos:

São comumente explorados pelos fazendeiros. É difícil encontrar um camarada Terena que não deva ao seu patrão os cabelos da cabeça. E, se tem a ousadia de fugir, corre quase sempre o perigo de sofrer vexames, pancadas e não raras vezes a morte.

Era uma forma de escravidão. As autoridades locais faziam vista grossa ao assunto, pois estavam sob as ordens dos “coronéis”, donos de fazendas, de quem dependiam financeiramente. Nenhuma denúncia contra os poderosos era levada adiante.

O patrão “bondoso” anunciava o perdão das dívidas ao final de cada ano, o que era celebrado pelos peões indígenas com festas e bebedeiras. Mal sabiam que a exploração física e econômica continuaria, sob um manto de falsa proteção.

1.6 Rondon e os Líderes Indígenas

A construção da Linha Telegráfica em 1904/1905, sob a direção de Cândido Mariano da Silva Rondon, pretendia unir as regiões distantes do país e abrir áreas inexploradas para a colonização e o povoamento na fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Do lado indígena, parecia haver outro projeto em curso que visava a integração dos índios à sociedade nacional para que se tornassem “brasileiros e trabalhadores”.

Nessa época, o Sul de Mato Grosso era habitado por diversos povos, como os temidos guerreiros Guaykurú, Paiaguá, Guató, Kinikináu, Laian, Ofaié, Guachi e outros grupos, hoje extintos. Todos estavam de prontidão para intervir em qualquer situação adversa no pantanal, exigindo aproximação de contato da Comissão, buscando uma convivência amistosa e facilitando a integração de índios no contingente de trabalhadores.

Paulo Augusto Mario Isaac escreve que os Terena “participaram das negociações de Rondon para estabelecer acordos de paz com grupos indígenas Bororo, Xavante, Pareci, Guarani, Kadiwéu e Kaingáng” (ISAAC, 2004, p. 164), confirma o reconhecimento da habilidade na negociação nos momentos que exigiram a tomada de decisão dos seus líderes.

É certo que Rondon não escolheu as lideranças indígenas aleatoriamente na missão complexa em busca de “paz” para a Comissão, mas nas qualidades pessoais, culturais, de experiência histórica dos acontecimentos com outros grupos em que os Terena viveram e a capacidade de adotar estratégia e de liderança.

Nos registros do Visconde de Taunay (1931, p. 16) afirma-se que os “Chanés” subdividiam-se em quatro ramificações, em que os Terena constituíam três quintos da população aborígine da região. Segundo Taunay, a língua era idêntica para todos estes grupos, salvo algumas alterações que, entretanto, não impediam a compreensão recíproca. Os costumes e práticas também não diferiam muito.

Foram estes os principais elementos culturais que facilitaram o relacionamento dos Terena com os povos ao seu redor. Os Terena eram vistos como um povo amigo, manso, colaborador, ambicioso, astuto, dócil, pacífico e aberto para negociações, o que ajudou na aproximação com índios a serem “pacificados” ou na tarefa de “amansar” outros índios, posteriormente utilizados como mão de obra para a construção. O objetivo dessa estratégia era fazer com que os indígenas não servissem como entrave na realização do progresso da nação, antes, ao contrário, que eles fossem “integrados” ao povo brasileiro e participassem do desenvolvimento do país.

Sobre o projeto de inclusão do índio como trabalhador, Elias dos Santos Bigio (2000, p. 33) afirma:

Ao incorporar os índios, a Comissão de Linhas Telegráficas realizava dois propósitos: ao mesmo tempo em que os compelia a aprender outras formas de trabalho, supria a falta de mão de obra permanente da Comissão. Isso é mais significativo quando sabemos que as deserções eram comuns, pois os soldados vindos de outras regiões não suportavam o rigor exigido e quase sempre preferiam fugir para trabalhar como seringueiros.

Dessa forma, o Estado tinha a perspectiva de incorporar o índio a partir do trabalho na Comissão para aprender noções de outros ofícios. Pensava-se que esses ofícios poderiam proporcionar meios que os indígenas pudessem utilizar dentro das suas aldeias; futuramente, eles podiam ser trabalhadores rurais ou soldados que defenderiam as fronteiras nacionais.

Os Terena mantinham relações comerciais com diversos grupos. Com a expansão dos Guaicuru, a estabilidade dos agricultores ficou ameaçada. Para garantir a segurança do grupo, aceitaram a sujeição sócio-política, pagando tributos com produtos agrícolas em troca de sua proteção contra os possíveis ataques dos inimigos dos Terena.

Esta habilidade de negociação era necessária para a sobrevivência e proteção do grupo. Os índios mais idosos contam que o maior inimigo dos Terena eram os “Ilai”, conforme depoimento de Apolinário Lili à lingüista Elizabeth Ekdahl, em julho de 1963 e confirmado pelo registro do antropólogo Kalervo Oberg, coletada durante o trabalho de campo e publicado pelo Smithsonian Institute, sob o título “The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil” (1949, p.38) afirma que:

alguma importância econômica deve ser atribuída às incursões que os Terena empreendiam contra seus vizinhos. Eles mencionam expedições contra os Ilai, é possível que o termo Ilai seja a designação Terena para os Chamacocos, pois os Chamacocos eram repetidamente atacados pelos seus vizinhos orientais, particularmente pelos Mbayá.

Esta habilidade de negociação, que faz parte da cultura Terena, buscava colocar em prática o velho e costumeiro “acordo” com os povos ao redor. Um exemplo marcante desse costume Terena da negociação ocorreu quando aceitaram o convite do Marechal Rondon para serem empregados como mão-de-obra na construção das linhas telegráficas, em troca da posse e demarcação das terras onde viviam. O acordo foi cumprido pelo Marechal Rondon que, em 1905, demarcou as terras da Aldeia Cachoerinha (município de Miranda, MS) e Aldeias Bananal e Ipegue (município de Aquidauana, MS) onde mais tarde foi instalado o Posto do SPI, representando o órgão federal encarregado dos assuntos indígenas. Esse acordo, feito em sistema de troca, favoreceu o assentamento definitivo dos grupos Terena, permitindo organizar a agricultura de subsistência e a criação de animais, facilitando a viabilização dos projetos agrícolas para a comunidade indígena, por meio da figura do Chefe de Posto.

A preocupação de Rondon com os indígenas não estava somente na sua proteção, como aconteceu no episódio da carnificina dos índios Uachiri, também denominados de Guachi, praticada pelos fazendeiros da região do rio Taboco. Diante dessa crueldade, Rondon escreveu uma carta ao Coronel José Alves Ribeiro, grande latifundiário da região, que, no entanto, respondeu de forma evasiva, afirmando que de forma alguma consentiria que matassem os índios; a ordem era apenas de afugentá-los de suas terras.

O autor do livro *Taboco 150 anos: Balaio de Recordações* (1984, p. 77) confirma o massacre, afirmando: “Esses índios, sempre mansos, com o passar dos tempos foram criando certos problemas, chegando a provocar um caso entre meu avô e Rondon”. Curiosamente, os índios, antes considerados “mansos”, passaram a criar problemas para os não índios. O autor não registra os tipos ou a extensão dos problemas provocados, mas diante da repercussão regional do episódio, o fato chegou ao conhecimento de Rondon, que interferiu no processo e tomou providências para evitar ataques semelhantes no futuro.

No seu programa de trabalho, Rondon também propunha a integração do índio à sociedade nacional, defendendo, supostamente, os seus interesses sob o aspecto positivista do “belo selvagem” (a imagem idealista do “beau sauvage”, de Jean-Jacques Rousseau).

A criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) pelo Decreto nº 8072, de 1910, facilitou a concretização dos ideais de Rondon, proporcionando um clima de mudanças favoráveis aos seus propósitos positivistas. Depois que os índios tiveram as suas terras demarcadas, foram praticadas novas políticas sociais e econômicas, cujas consequências começaram a aparecer. Entre outros, os resultados observáveis foram regulamentar a mão-de-obra indígena para ser utilizada na sociedade nacional, com a intenção de abrigar os

índios; submissão ao poder e às ordens dos funcionários do SPI na Aldeia; interferir na organização social dos índios para evitar conflitos internos e externos, modificando, por extensão, o processo decisório tradicional dos Terena.

Segundo Fernando Altenfelder Silva (1946/1947 p. 287), “os Terena habitavam em Aldeias, onde as casas se distribuíam em círculo, ao redor de uma praça central”. Essa formação era denominada na língua Terena de “none ovokúti”, termo utilizado até hoje pelos índios da Aldeia Bananal, quer dizer “na frente das casas”.

A implantação do Serviço de Proteção aos Índios na aldeia, como pretendia Rondon, passa a ser mais um fardo que pesa sobre os índios, como se não bastasse a espoliação dos fazendeiros da região. O Estado se apresentava como novo cooperador e operador nas perdas culturais, impondo uma nova configuração espacial e geográfica nos modos de viver e de ser Terena.

A nova formatação da Aldeia Bananal é mencionada nos registros de Fernando Altenfelder Silva (1946/1947 p. 296), que menciona a “disposição espaçada dos seus edifícios, que obedecem ao alinhamento de ruas largas e retilíneas. Bananal se afasta do tipo comum dos povoados brasileiros”.



Fonte: Imagem de Satélite da Aldeia Bananal - AQUIDAUANA/MS.
Google Earth – Acessado em 30 de julho de 2009.



Fonte: Imagem de Satélite da Aldeia Bananal - AQUIDAUANA/MS.
Google Earth – Acessado em 30 de julho de 2009.

Essa alteração brusca trouxe danos culturais profundos, principalmente nas metades, ou seja, entre os grupos “Xumonó” e o “Sukrikiano”. Foram diluídos os moldes espaciais tradicionais, tornando-se a aldeia nada mais do que uma cópia plástica da área urbana transferida para a área indígena, como desejavam os representantes do Estado.

A nova organização espacial foi um dos fatores importantes que contribuíram para descaracterizar a dinâmica da coexistência entre as metades. Em consequência, os rituais e cerimônias foram afetados, desaparecendo quase totalmente, com o correr do tempo, conforme será discutido no próximo capítulo.

Finalmente, diante de vários tipos de relacionamentos com grupos étnicos, seja nas relações de trabalho ou de acordos feitos com a Comissão de Linhas Telegráficas, Rondon, em seus registros, deixa evidente o respeito pela decisão tomada pelos índios Bororo que fizeram parte do seu trabalho. Rondon registra a decisão do chefe indígena, dizendo que eles,

regressaram no mês de junho de 1902 para os seus aldeamentos do S. Lourenço, pesarosos por terem perdido os seus irmãos, depois de nos terem acompanhado um ano inteiro e nos prestado relevantes serviços... Insisti para que continuassem a nos acompanhar, declarando o Chefe que não podiam fazê-lo porque, para além do Taquari, [porque] a terra não lhes pertencia: era propriedade dos Terena, Guaicuru, Uachirí e outros. (RONDON, 1901, p. 32).

Os Guaykurú, por sua vez, atingiram o seu ponto máximo de mobilidade e de superioridade bélica pela domesticação do cavalo, estendendo seu deslocamento a áreas cada vez mais distantes, saindo do Paraguai e chegando até Cuiabá. Afirma Carvalho (1979, p. 31) que:

o interesse guerreiro passou a se concentrar na área mato-grossense banhada pelo rio Cuiabá, obrigando a contrair alianças com os índios canoieiros – os Evvevis - Payaguá – uma vez que o conhecimentos dos Tacuary, Paraguai e Cuiabá era privilégio desse grupo.

O reconhecimento de Rondon pelos serviços prestados pelos grupos indígenas e o respeito pelas suas decisões, sabendo que estava diante de uma fronteira natural bem demarcada pelos índios, foi patente nos aspectos administrativos do seu trabalho como “pacificador” dos índios. O conhecimento e o domínio do seu espaço ecológico lhe permitiram delimitar as áreas territoriais indígenas entre os vários grupos, cada um respeitando as suas áreas de perambulação natural.

CAPITULO II

ELEMENTOS BÁSICOS DA CULTURA TERENA

Este capítulo tem por objetivo apresentar alguns aspectos da cultura Terena que são relevantes para a presente dissertação. Os Terena são um subgrupo Guaná, falantes de uma língua pertencente ao tronco lingüístico Aruak. Este povo encontra-se distribuído por diversos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, dos quais os principais são Aquidauana, Miranda, Anastácio, Dois Irmãos do Buriti, Sidrolândia, Nioaque, Dourados e Porto Murtinho.

É importante ressaltar que o Estado de Mato Grosso do Sul ocupa o segundo lugar em densidade populacional dos povos indígenas no Brasil. O fato de que os Terena, mesmo em pequeno número, encontram-se em vários municípios do Estado aponta para a sua facilidade de adaptar-se à convivência com o mundo dos brancos.

Situada no município de Aquidauana a Aldeia Bananal foi demarcada em 1905, sendo considerada a mais antiga das reservas Terena, conforme o mapa no anexo 3 e os registros feitos por historiadores, pesquisadores e missionários que estiveram na região.

O antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1976) alerta que a história da Aldeia Bananal é fundamental para a compreensão dos seus movimentos migratórios. A sua dinâmica de ocupação territorial, verificada na área do Posto Indígena Taunay, constituiu-se num modelo que foi seguido na fundação de outros aldeamentos.

A organização social dos Terena, segundo os registros de vários cronistas — como Castelnau (1949), Bach (1916), Taunay (1931), entre outros — aponta para os grupos familiares como formadores da célula básica de uma comunidade, que eram formados por pai, mãe, filhos e filhas solteiras, genros e netos. O “ovokúti”, como é chamado o local de moradia do grupo familiar, inclui o local onde se reúnem os clãs. O “Ovokúti”, assim denominado, era coberto com folhas de bacuri ou sapê, em formato circular, e situava-se ao redor de uma praça central. De um e outro lado, formando duas metades (“moities”), estavam os dois clãs Terena: os “sukrikiano” e os “xumonó”, cada um ocupando uma meia lua do formato circular da aldeia Terena típica.

Cada núcleo familiar, que correspondia a um dos clãs, coletava o mel silvestre — tarefa dos homens — para as festas religiosas, consideradas como a alma de todas as cerimônias e celebrações culturais do povo Terena. Eles faziam o “kavâne”, que era a roça

para o sustento familiar, utilizando um bastão de madeira para o plantio de mandioca, milho, cana-de-açúcar e algumas variedades de feijão, entre as modalidades agrícolas mais comuns. O trabalho do “kavâne” movimentava toda a família no preparo do solo para o plantio, que ia desde o roçado das matas — trabalho exclusivo dos homens — até a coivara⁶, com a participação das mulheres e crianças. Toda essa atividade exigia uma extensa mão de obra, tendo em vista a grande quantidade de madeiras e gravetos carbonizados para serem retirados e amontoados fora de área de plantio.

Na análise do mito formador dos Terena, Fernando Altenfelder Silva (1946/1947) afirma que a divisão do trabalho feita por “Yurikoyuvakai”, o herói civilizador, mostrava bem claramente que os instrumentos de lavoura eram para os homens e o fuso “hupaê” era para as mulheres. Era responsabilidade exclusiva das mulheres a tarefa de cozinhar, cuidar dos filhos, organizar os trabalhos domésticos, confeccionar redes e fabricar objetos de cerâmica na forma de utensílios para os afazeres cotidianos.

2.1 O Mito Formador dos Terena

A origem das metades possui varias versões, conforme os relatos do missionário Rattray Hay (1925) e dos antropólogos Cardoso de Oliveira (1976), Altenfelder Silva (1946/1947) e outros. Todos indicam o mesmo mito herói do civilizador chamado “Yurikoyuvakai”.

Roberto Cardoso de Oliveira (1976) afirma que o herói tirou os Terena do fundo da terra e lhes entregou o fogo e os instrumentos necessários para a sua sobrevivência na face da terra. “Yurikoyuvakai”, segundo o mito, era um só indivíduo. Quando moço, a sua mãe ficou brava, pois ele não queria ir com ela à roça. Como castigo, ela foi à roça, tirou sua foice e cortou “Yurikoyuvakai” ao meio.

Como resultado, surgiu dois indivíduos, um saído da metade de Yurikoyuvakai da cintura para cima e o outro, da cintura para baixo. Surgiram, assim, as duas metades Terena distintas: os “Sukrikiano” e os “Xumonó”.

Existia ligeira superioridade de uma metade sobre a outra, que ficava evidente nos períodos de festa. Os “Xumonó” saíam pela Aldeia com brincadeiras, provocando algazarra,

⁶ Consiste na retirada de madeiras e gravetos carbonizados no espaço a ser plantada.

atirando pedaços de madeira por todo lado; tudo devia ser aceito pelos “Sukrikiano” sem revidar. Esta atitude impávida denotava a sua superioridade sobre a outra metade.

As duas metades Terena são endogâmicas e simétricas nas suas relações. Embora as duas metades fossem mais visíveis durante a época da colheita, era por ocasião das festas anuais, em especial durante a dança do “Kipaéxoti” — dança do “bate pau”, como é conhecida pelos “purútuye” — que se tornavam mais evidentes. Na cerimônia religiosa dos “Ohókoti”, aparecia a influência dos xamãs, “possuidores de poderes sobrenaturais” na figura do personagem conhecido como “Yunákalu”, um “Xumonó” que saía de casa em casa, seguido de uma multidão, pedindo donativos, principalmente alimentos, para serem consumidos num banquete comunitário.

Para Roberto Cardoso de Oliveira (1976), a festividade do “Oheókoti” era de vital importância para a aldeia, pois celebrava e fortalecia a solidariedade tribal. Era o momento em que toda a aldeia era mobilizada pelos “Xumonó” e “Sukrikiano”, os quais, juntos, celebravam a unidade, com fartura de comida para todos. A festa continuava com o “Mo’otó” ou “ipuhónoneokokoti”, que era uma luta corporal entre os “Xumonó” e os “Sukrikiano”, praticada por homens, mulheres e crianças, que davam socos no rosto do adversário até que um deles desistisse ou caísse ao chão.

Cada uma das metades dividia-se em três extratos sociais. O principal consistia de chefes ou caciques, chamados de “nâti”, juntamente com suas famílias; logo, vinham os “wáhere xâne” que significa gente ruim, gente comum; e por último, vinham os “kauti”, que eram os capturados na guerra, considerado cativos.

Os indivíduos capturados nas incursões de guerra pelos Terena não recebiam maus tratos, diferentemente do que aconteceu com os negros africanos durante o período colonial no Brasil. Esses “kauti”, assim chamados, eram integrados a uma família Terena, que os recebia como membros do grupo, sem discriminação de qualquer tipo.

O antropólogo Kalervo Oberg fez registros da vida dos Terena no “Exiva”, conforme dados colhidos durante o seu trabalho de campo e publicado pelo prestigiado Smithsonian Institute, sob o título “The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil” (1949). A obra de Oberg contém diversas informações sobre a organização social, economia, religião e, principalmente, registros sobre o tratamento dado aos “kauti”, que se originavam nas incursões de guerra dos Terena. Oberg (1949, p. 38) destacou:

Os Terena falam de captura de cavalos, ovelhas, e gado e, acima de tudo, de escravos. A prática era dar morte aos homens e mulheres, guardando somente os meninos e as meninas. Depois que estas crianças escravas cresciam, elas se tornavam parte da tribo, e era difícil para elas fugirem para o seu próprio povo, a respeito do qual elas, depois, sabiam muito pouco. Escravos eram conseguidos para cultivar o solo, caçar, buscar lenha e água, construir casas, para aumentar a população e para tomar parte na guerra e mesmo ajudar nos cerimoniais.

Uma opinião divergente, segundo a qual os Mbayá Guaicuru também tratavam os seus escravos da mesma forma que os Terena tratavam os seus “kauti”, é encontrada nos relatos de Guido Boggiani (1975, p. 280).

Os senhores estimavam os escravos e os tratavam com doçura. Se capturavam crianças que tinham necessidade de ser amamentadas, na falta das mães, amamentavam-nas as mulheres dos Mbayá que os tivessem apesado. Os escravos nunca se vendiam, embora fossem prisioneiros de guerra. Eram considerados membros da casa do senhor, comiam junto com a família dele e tomavam parte com ela nas festas e jogos. Tamanho eram o apego e a confiança que os Mbayá sabiam obter dos seus súditos que não havia prisioneiro que os quisessem abandonar. Até mesmo mulheres espanholas capturadas, ainda que fossem adultas e mães, preferiram ordinariamente permanecer com os conquistadores.

A qualidade de tratamento dado aos “kauti” pelas duas nações que possuíam a tradição de capturar membros dos seus inimigos parece estar ligada ao mesmo modo e tipo de tratamento que os Terena receberam dos Guaicuru durante o período em que estiveram subordinados aos Mbayá. Sendo assim, tanto o povo Guaicuru como o povo Terena tratavam os “kauti” como membros de suas famílias, ao ponto de gerarem filhos com os “kauti”, com isso, solidificando, ainda mais, a união entre captores e capturados. As crianças nascidas dessas uniões fundiam-se no relacionamento pessoal e tribal, o que levava os não indígenas a confundirem os “kauti” como se fossem membros das unidades ou extensões familiares.⁷

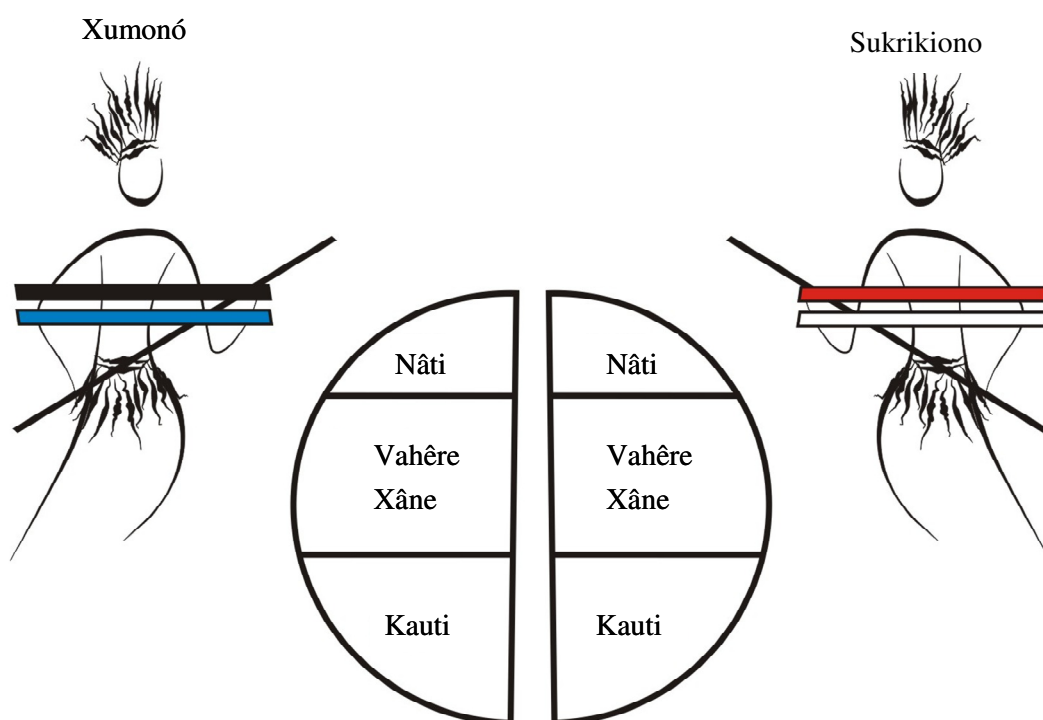
A transmissão de cargos dentro da camada “nâti” ocorria de forma hereditária; os filhos mais velhos, chamados de “enjoví” (“meu irmão mais velho”), deviam suceder aos pais.

A divisão em extratos sociais era determinada pelo nascimento, embora em casos especiais fosse possível um guerreiro ingressar em outro extrato social quando praticava um ato heróico reconhecido pela comunidade (OLIVEIRA, 1976). O casamento que acontecia fora do extrato social do indivíduo era normalmente reprovado pelo grupo, sendo punido com

⁷ Oberg enxergou no “kauti” Terena as relações vigentes na escravidão entre os brancos, enquanto que Boggiani pesquisou mais a fundo o relacionamento dinâmico entre os membros das unidades familiares. Daí a divergência no relato entre os dois pesquisadores.

a perda do *status* a que pertencia. As metades regulavam diversos aspectos da cultura do grupo, entre eles o casamento. Oliveira divide os extratos da seguinte forma:

Metades Endogâmicas dos Terenas



1. Os “Nâti” representavam os caciques e seus parentes.
2. Os “Vahere Xâne”, que significa gente ruim, representavam os homens comuns ou a maioria do povo habitante da aldeia.
3. Os “Kauti” representavam os capturados nas incursões de guerra.

Observe-se que:

- As duas metades eram compostas de três extratos sociais.
- As pinturas corporais dos homens na Aldeia Bananal representavam as duas metades endogâmicas, isto é, azul e preto, que representavam os “Xumono”, e vermelho e branco, que representavam os “Sukrikiono”.
- Essas cores podiam variar de aldeia para aldeia, conforme a disposição e a decisão de líderes.

- Para cada metade existia um cacique, “Nâti”; a transmissão de cargos ocorria de forma hereditária, dentro da estratificação social, na festa do Timé.
- Os casamentos endogâmicos realizavam-se no interior de cada metade.

2.2 As Danças na Aldeia Bananal

A dança do “Kipaéxoti”, praticada hoje principalmente nas Aldeias Bananal, Lagoinha e Água Branca, tem uma origem mítica. Segundo os relatos de Altenfelder Silva (1946/1947 p.367), os “Terena afirmam que um “koixomuneti” caiu em transe e em sonhos visitou uma floresta na qual assistiu ao “kohixoti kipâ’e”; ao acordar, recordando-se do que sonhara, ensinou a dança aos Terena, que desde então passaram a executá-la”.

A significação do nome “Kipaéxoti”, que adotamos aqui, origina-se de declaração de um velho Terena. Essa designação era conhecida na década de 60, sendo que nos dias atuais, na Aldeia Bananal, o termo mais utilizado é “Kohixoti Kipâe”, que significa estar vestido de ema.

Vale notar que a maioria dos registros bibliográficos que tratam do povo Terena, principalmente as danças, não descrevem o seu significado, como se faz aqui.

Segundo informações da lingüista Muriel Elizabeth Ekdahl sobre a história do “Kipaéxoti”, esta era a principal dança dos homens Terena, denominada pelos “purútuye” como dança do bate-pau ou dança da ema. Essas informações foram fornecidas à lingüista pelo Terena Apolinário Lili em julho de 1963, na Chácara União, classificada como Aldeia União por Cardoso de Oliveira (1976, p. 74).

A dança do “Kipaéxoti” é praticada por homens, sem a participação das mulheres. Estas possuem a sua própria dança, chamada de “Siputerena”. Em ambas há formação em duas colunas paralelas, indicando a presença das duas metades, “Xumonó” e “Sukrikiano”, com os seus respectivos caciques. Entretanto, só no “Kipaéxoti”, o objetivo é desafiar a resistência física dos índios em cada grupo.

Em relação a ocorrência de pinturas corporais dos homens da Aldeia Bananal, Silva (1946/1947 p.368) diz que: “um grupo se pintaria, por exemplo, dividindo o corpo em duas partes simétricas, pintando-se de vermelho e branco, e o outro grupo usaria as cores azul e preta”. Uma outra maneira de diferenciar os grupos seria pintar-se com riscas verticais e o outro, com riscas horizontais, que indicavam características de cada metade. Os homens vestiam uma espécie de saiote e um cocar de penas de ema.

Atualmente (2009/2010) na Aldeia Bananal, as danças “Kipaéxoti” e “Siputerena” acontecem geralmente no dia 19 de abril, o “Dia do Índio”. Essa data, na memória cultural dos Terena, remete à importância histórica da sua participação na “Guerra do Paraguai”. Antes de fazer a apresentação das danças, os dançarinos permanecem perfilados no pátio da Escola da Aldeia para o hasteamento da bandeira nacional, com a presença de autoridades civis, eclesiásticas e lideranças indígenas, seguindo-se discursos do cacique e convidados. O evento culmina com a apresentação do “Siputerena”, dança das mulheres, e o “Kipaéxoti”, dança dos homens, para encerrar a “celebração”.

Os preparativos para a festa contam com os ensaios da dança das mulheres e dos homens, que são realizadas no pátio central da Aldeia, no mínimo uma semana antes do dia 19 de abril. Os ensaios geralmente acontecem à noite, quando todos estão livres de obrigações e trabalhos, tanto os assistentes quanto os componentes do grupo de dança. Simultaneamente, nas casas, acontece, no decorrer da semana, a confecção de roupas, adornos e ornamentos que serão utilizados pelos participantes que farão a apresentação da dança.

As roupas das mulheres, na Aldeia Bananal, são confeccionadas de “saco de estopa” ou tecido de “juta”, facilmente encontrada nas papelarias da cidade. Elas recortam e costuram o material para ser usado na forma de saiotos e blusas, além das pinturas nas roupas, que são feitas nas cores vermelho, preto e branco, com figuras geométricas circulares e retilíneas.

As roupas dos homens participantes do “Kipaéxoti” compreendem os saiotos e o cocar, ambas, de penas de ema. Porém, nas pinturas corporais, já não se segue o costume antigo. Mesmo numa data significativa, como o Dia do Índio, adotado no calendário festivo da Aldeia, ou mesmo em outras ocasiões de apresentações, os homens utilizam apenas duas cores, vermelho e preto. Eles não seguem uma padronização dos desenhos corporais, que se apresentam de forma diversificada e aleatoriamente, de acordo com o desejo de cada integrante do grupo de dança. No dia da dança, os integrantes do “Kipaéxoti” se apresentam por volta das quatro horas da manhã na casa do líder do grupo de dança, que é o local de concentração para fazerem as suas pinturas corporais, indo todos juntos para o local da apresentação na hora marcada.

Os passos da dança acompanham o toque do tambor e da flauta de bambu, que fornecem a música necessária para dar ritmo aos movimentos da cerimônia. Os dançarinos são munidos de bastões de bambu rachados nas pontas, que são percutidos um contra o outro, provocando um som característico; por isso é chamada de dança do bate-pau pelos purútuye.

Outro instrumento utilizado durante a dança do “Kipaéxoti” é um pequeno arco de madeira, que possui um orifício por onde flechas são introduzidas. Na simulação, os dançarinos dão flechadas para o alto, produzindo um ruído que imita a verdadeira caça à ema.

A dança exige um treinamento intensivo, com todos os componentes de cada grupo, inclusive crianças, participando livremente dos ensaios. A ordem de cada coluna é composta por um tocador de flauta, um tocador de tambor cilíndrico, um cacique e um vice-cacique, vindo, depois, os dançarinos.

A origem da dança do “Kipaéxoti”, segundo o informante Apolinário Lili, é incerta, mas ele informa que se dividia em sete partes. Ao chegar ao local da dança, os dançarinos fazem uma volta de apresentação com todos os elementos do grupo, inclusive os tocadores de flauta e tambor, que são os primeiros de cada coluna. Logo, estes buscam um lugar para se posicionarem para iniciar a dança.

Após o grito de comando do cacique, os “Kipaéxoti” iniciam a dança, com a primeira parte da apresentação chamada de “Kohó” (Tuiuiú). Esta representa uma caminhada com pés levantados, com passos lentos, corpo dobrado para frente, cabeça baixa, como a ave que sai à procura da presa. Logo, as colunas fazem uma volta, acompanhada de toque lentos do tambor e retornam, em seguida, à frente dos tocadores para descansarem.

A segunda parte da dança era conhecida como “Thíkaxovotihiko kixókumo koepekea anáne”, treinando para matar o inimigo. Ao comando do cacique, reiniciava-se a dança com duas colunas, que fazem dois movimentos, um dos quais é um pouco mais rápido nas evoluções; cada dançarino se volta, sucessivamente, para o lado externo e interno das colunas. Quando os pares encontram-se frente a frente, no lado interno, acontece a batida na ponta superior do bastão de bambu, feita por cada par de dançarinos, produzindo ruídos que imitam a caça.

A duração da dança fica a critério do cacique que, depois de uma longa apresentação, retorna ao local onde iniciou a dança, à frente dos tocadores. A celebração finaliza com o comando do cacique em voz alta.

Outra forma de preparação dos índios Terena para a guerra era esticar uma sucuri com as próprias mãos, lembrando uma disputa de cabo de guerra. Isso acontece porque acreditam que a força dos homens vem da serpente e passa para os índios.

A terceira parte da dança, o “Hopenó’ixoti anané” (afugentando o inimigo), inicia-se, outra vez, com o comando do cacique. Desta vez, os índios seguram os bastões pelo meio e, durante os movimentos simétricos das duas colunas, quando voltam para o lado externo, batem a ponta inferior do bastão no chão, e quando se voltam para o lado interno, ficam de

frente com o seu parceiro e provocam uma sucessão de batidas na parte superior e inferior dos bastões, sempre produzindo ruídos compassados. Para finalizar esta parte, os dançarinos ficam esperando o comando do cacique, que, mais uma vez, volta a ficar de frente para os tocadores.

Na quarta parte da dança, “Isukókotine, iko’ítukexotine xêki” (combate), os índios trocam de instrumentos, deixando o bastão e empunhando o arco e a flecha, chamados de “xekiyé”. Ao comando do cacique, inicia-se a dança, simulando que estão atirando para o alto. Cada coluna volta-se para o lado externo e atira para baixo, o mesmo acontecendo quando a coluna se volta para o lado interno, e assim sucessivamente, aguardando novamente o comando para finalizar o passo da dança.

Na quinta parte da dança, “Kayukópovotinehiko ukópea xapa isukókuti”, voltando da guerra, após trocarem de instrumentos, agora usando o bastão, esperam o comando para iniciar o movimento. Aos poucos, vão formando um círculo; com movimentos externos, tocam o solo com a ponta do bastão para fora, enquanto que, no movimento interno, repetem o toque no chão e, logo em seguida, batem no meio do outro bastão que está a sua frente, terminando com sucessivos toques nas pontas superior e inferior dos bastões.

A sexta parte da dança, “Koepékexoti hó’openo koêku káyukopeovohiko”, que indica a volta da caça, depois da matança dos animais; inicia-se com os índios voltados para o lado exterior, levantando o bastão para trás, segurando nas duas pontas, para que o seu parceiro possa tocá-lo. Após o toque, voltam para o lado externo e, com o bastão empunhado nas mãos, o outro parceiro o toca, e assim sucessivamente, produzindo ruídos característicos. Nessa mesma parte, os dançarinos ficam de frente um para outro, cruzando as pontas dos bastões, enquanto o cacique inicia a coluna para passar em baixo dos bastões, terminando quando todos passarem. Este movimento simboliza a volta dos guerreiros passando por baixo dos cipós no meio da floresta.

A sétima e a última parte da dança é o momento mais significativo, quando o cacique fica em pé num estrado feito pelo emaranhados dos bastões de bambu de todos os guerreiros, os quais suspendem o chefe na altura da cabeça dos índios para proceder ao brado de “Hónoyoooo”, que significa “estamos alegres pela vitória”. O grito do cacique acontece quatro vezes, voltado para os pontos cardeais, iniciando na direção norte, de onde vem o calor, seguindo o sentido anti-horário, voltando-se para o poente, conhecido como o final do dia; voltado para a direção sul, que indica a origem do frio, e, finalmente, voltado para o nascente, onde o dia começa para os Terena.

Nesta última parte, os dois grupos dançam separadamente, batendo os bastões de forma circular, fazendo movimentos nos sentidos horário e anti-horário, enquanto preparam o estrado para o cacique, que fica aguardando do lado de fora do círculo fazendo coreografias de demonstração ao público. Cada grupo levanta um cacique, representante das metades alternadas, ou seja, o grupo dos “Xumonó” suspende o cacique “Sukrikiano” e o grupo “Sukrikiano” suspende o cacique “Xumonó”. Os instrumentos param de tocar, enquanto os caciques estão suspensos. O movimento continua buscando a direção dos pontos cardeais. Será vencedor o grupo que resistir e permanecer com o cacique na posição inicial.



Fonte: Imagem fotografada por Paulo Baltazar durante a dança das mulheres Terena “Siputerena” em 2009 na Aldeia Lagoinha, Aquidauana – MS.

A dança das mulheres Terena, conhecida por “Siputerena”⁸ é composta de seis partes. Utilizam flauta e tambor para dar um ritmo diferente da dança do “Kipaéxoti”.

⁸ Na opinião de Fernanda S. Carvalho, em “Koixomuneti: Xamanismo e prática de cura entre os Terena” (2008, p. 60), esta dança parece não ser tipicamente Terena. Ela registra que “quando perguntei a respeito, me falaram que alguns índios Terena a haviam assistido numa visita a Aldeia Xavante no Mato Grosso, mas sem especificar qual delas”.



Fonte: Imagem fotografada por Paulo Baltazar durante a dança dos Kiapaéxoti em 2009 na Aldeia Lagoinha, Aquidauana – MS, quando o Cacique foi levantado pelos dançarinos.



Fonte: Imagem fotografada por Paulo Baltazar em 2009 na Aldeia Lagoinha, Aquidauana – MS.

2.3 Aspectos de subsistência econômica

Ao longo de milhares de anos, os Terena construíram a convivência com a natureza à procura da caça, da pesca, da coleta de frutas silvestres, além do mel, desenvolveram a agricultura para a sobrevivência do povo. Os mestres da sabedoria aproveitam o final do dia para contar e ensinar, com seriedade, toda a ciência indígena encontrada na natureza, gesticulando, imitando os seres e fazendo um longo intervalo entre uma palavra e outra, valorizando a história que parece colocar medo aos novos, principalmente quando o assunto é o respeito aos espíritos das florestas e dos animais. Um contador de histórias que se preze provoca, de tempos em tempos, o silêncio total nos seus ouvintes.

Para Georges Balandier (1997), a tradição requer mestres que a conheçam, que a mantenham viva e a comuniquem aos que se iniciam. Tais pessoas são detentoras dos vastos conhecimentos que estão armazenados na memória dos mais velhos. A valorização das tradições se encarrega de determinar os lugares, eventos e personagens que fizeram a história da comunidade indígena.

Como a história não foi registrada senão na memória dos mais velhos, os nomes e lugares são registrados por sua associação a eventos críticos na história cultural do povo Terena. Balandier afirma, ainda, que “os topônimos dão uma identidade aos lugares, mesmo para aqueles que a banalidade quase não diferencia” (1999, p.63).

No caso dos Terena, esses lugares históricos estão bem demarcados e registrados na memória dos mais velhos, de acordo com a sua relevância social, cultural e econômica para o grupo. Para exemplificar, citamos o córrego que está na divisa da Aldeia Água Branca com uma propriedade privada. Apresenta um curso extenso, num leito profundo com águas perenes, denominado de “Lamîhi” pelos Terena, que significa “córrego onde a água extravasa o seu leito, provocando inundação”, o que ocorre no período de cheia. Permanentemente, é um lugar de pesca e extração de vegetais, que são utilizados na confecção de arcos e flechas para os índios.

No cerrado denominado “Ixukókuti mopó”, que significa lugar onde se extrai o mel silvestre, encontra-se matéria prima colhida pelos homens para a fabricação de licor, uma bebida para todas as festas. O seu preparo é uma tarefa atribuída às mulheres.

Cardoso de Oliveira (1976 p. 48) menciona a “feliz coincidência de Castelnau ter passado pela comunidade Terena nas proximidades de Miranda em maio de 1845, exatamente durante os preparativos daquelas festividades; assim podemos avaliar o alto significado para o grupo de sua festa nacional”.

São vários os lugares imemoriais dos povos Terena que estão presentes na natureza e que receberam vários nomes, de acordo com designações, símbolos e sinais peculiares. Alguns dos lugares são conhecidos como: “Varâkakoe”, lugar dos pássaros arancuã; “Yovirekoé”, lugar dos lobos guará; “Níkeakuti”, lugar de comida; “Naxedade”, local de pesca dos índios Terena; e vários outros lugares de plantas medicinais, de argila e lugares espirituais. São regiões que eram primitivamente muito ricas em recursos naturais e espirituais, reconhecidos por todos. A subsistência do povo Terena estava baseada não apenas na agricultura, mas dependia igualmente do mel, frutas silvestres e da caça e pesca, que eram abundantes em seu território.

2.4 A relação dos Terena com a cidade e o mundo do branco

Tradicionalmente, os Terena apresentam relativa mobilidade espacial e geográfica, em virtude da busca de suprimento alimentar e da prática de uma agricultura de subsistência, que os leva à procura de novas terras férteis para o plantio. A partir do contato com o mundo dos brancos, os Terena, posteriormente trabalharam em fazendas nos arredores das aldeias; nos dias atuais, a dinâmica da sua subsistência é mais intensa, com a dispersão dos Terena por diversas cidades e estados do Brasil a procura de melhores condições de vida.

As experiências advindas dos envolvimento, de forma intensa, com a sociedade nacional capitalista aconteceram de duas maneiras. Primeiramente, alguns índios trabalhavam fora da Aldeia, como empregados nas fazendas regionais, passando a relacionar-se com populações não indígenas, geralmente opressoras e exploradoras da mão-de-obra Terena. Posteriormente, dentro das aldeias, conviveram com a presença de missionários protestantes e católicos (além de representantes do governo), que dividiam as famílias no jogo de interesses na evangelização e catequização, as opções de sobrevivência se tornaram mais complexas. Porém, por outro lado, o trabalho missionário por meio da Escola trouxe a preparação mínima para disputar o mercado de trabalho fora da aldeia, incentivando a saída em busca de melhores condições de vida para a família. Para exemplificar, buscamos os registros de Silva (1946/1947 p. 309):

O carroceiro Terena Antonio Aurélio Marcos, depois de trabalhar em fazenda e ter sido enganado por um comerciante de Miranda, resolveu estudar na “Escola Missionária”. Tornou-se conhecido como “advogado dos índios”, defendendo diversas vezes os interesses dos seus patrícios em questões contra fazendeiros e comerciantes do distrito de Taunay.

Outra referência de Silva (1947/1947) é o pedreiro indígena Domingos Veríssimo Marcos, chamado Mihí. Nascido na Aldeia Bananal, aprendeu a ler e escrever na “Escola Missionária” trabalhou em fazendas e como pedreiro em Aquidauana. Foi militar de carreira no Exército Brasileiro, tendo sido reformado como subtenente; faleceu em 2005, e teve seu nome dado à Escola Estadual Indígena de Ensino Médio “Domingos Veríssimo Marcos Mihí”, da Aldeia Bananal.

Roberto Cardoso de Oliveira (1976), na época de sua pesquisa de campo entre os Terena, em julho de 1958, descreve sua visita a Aquidauana, onde encontrou populações indígenas organizadas e agrupadas em duas localidades. No bairro “Guanandi” encontrou 11 pessoas vindas da Aldeia Ipegue e na periferia da cidade o “Buraco Quente” encontrou 10 pessoas da Aldeia Bananal e uma da Aldeia Ipegue.

Em 1985, os Terena residentes em Aquidauana fundaram a “Associação dos Índios Terena Residentes na Área Urbana de Aquidauana e Anastácio”. O objetivo era congregar os membros da etnia que habitavam a cidade, e, ao mesmo tempo quantificar, localizar e mapear os endereços residenciais. Juntos, discutiam os problemas que enfrentavam, levando suas reivindicações aos órgãos públicos competentes.

A presença dos Terena em Aquidauana justifica-se pela busca de melhores condições de vida e melhor educação para os seus filhos. Na base desse deslocamento está o desejo de trabalhar na sociedade urbana como assalariado, muitas vezes sem nenhuma qualificação profissional. Geralmente, desempenham trabalho braçal, como “changueiros”, guardas noturnos e ajudantes de pedreiro. Quando são contratados pelo poder público municipal, executam serviços de garis, cortadores de árvores e serviços gerais.

Este fenômeno sociocultural de subordinação dos Terena ao Estado possibilitou a inter-relação com o mundo não indígena, que o levou a incorporar novos hábitos e costumes desconhecidos até então. Neste processo, que aconteceu ao longo dos anos, vários foram os empreendimentos governamentais que favoreceram a ocupação e integração nacional da região pantaneira. A presença do governo se firmou nas proximidades das aldeias, com a construção de ferrovias e rodovias, o que proporcionou aos Terena melhores condições de deslocamento para a comercialização dos seus produtos e a compra de gêneros alimentícios, vestuário, mobília e implementos característicos da tecnologia e do “desenvolvimento” do

branco. Os Terena foram, cada vez mais, atraídos às cidades, especialmente Aquidauana, Anastácio e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul, e mesmo além, como, por exemplo, a aldeia Araribá, próxima a Bauru/SP, Mogi das Cruzes/SP, Peixoto de Azevedo/MT.

Neste contexto de inter-relação com a cidade, houve e há alguns fatores que favorecem e outros que dificultam a relação com o mundo do branco. Cardoso de Oliveira considera dois tipos de fatores nesta relação, que ele denomina convergentes e divergentes. No lado convergente, a atração pela cidade está ligada à esperança de trabalho com remuneração, a educação formal para os filhos, a vivência na periferia da cidade nos mesmos padrões de vida da aldeia, no mais das vezes sem infra-estrutura ou saneamento básico. Diante da perspectiva de trabalho, o jovem Terena saía em busca de documentos necessários para alcançar o seu objetivo, incluindo o alistamento nas Forças Armadas, para obter a condição de reservista que garantiria outros documentos necessários para a sua inserção no mercado de trabalho regional.

Historicamente, vários Terena fizeram parte da Força Expedicionária Brasileira. Leão Vicente, da Aldeia Bananal; Irineu Mamede, da Aldeia Água Branca; e Aurélio Jorge, da Aldeinha de Anastácio, MS, que se incorporaram ao Exército Brasileiro, pertencendo ao 9º Batalhão de Engenharia de Combate, sediado em Aquidauana, e participaram da Segunda Guerra Mundial nos campos da Itália. Essa epopéia ficou registrada na memória cultural dos Terena, que relembram os seus heróis no campo de batalha dos brancos. É motivo de orgulho para os Terena comprovar que sua valentia foi reconhecida pelos brancos, até mesmo no estrangeiro.

Nesta mobilidade dos Terena, aconteciam os casamentos interétnicos, com indivíduos Terena, homens e mulheres, que se casavam com membros das etnias Guaikurú, Kinikináu e outros. Não havia restrição de moradia na Aldeia Terena para esses casais, não ficando submetidos às restrições, aos costumes tradicionais, como acontece com a mulher Terena quando se casa com um “purútuye”.

Outro fator de mobilidade são os casamentos entre índios e “purútuye”. O número de mulheres Terena que se casam com brancos supera em muito o de homens Terena que buscam esposa não indígena. A proibição de morar com marido não indígena dentro da aldeia é submetida aos costumes tradicionais, que foram estabelecidas pelos Terena como uma maneira de protegê-los de eventual interferência em setores críticos da vida social e cultural dos moradores.

Os velhos, pela sua experiência de vida, parecem acertar nessa política de segregação, pois fatos dessa natureza já haviam acontecido com eles. Consta nos relatos de Cardoso de Oliveira que o “purútuye” João Gomes, amasiado com uma Terena, “nomeou” o índio Manoel Pedro como cacique de Bananal, interferindo na organização social e política da aldeia.

Outro fator divergente, segundo o conceito de Oliveira, está relacionado aos preconceitos raciais dos não indígenas da região, que procuram manter distância dos índios, principalmente quando se faz o uso da língua Terena, rejeitada por aqueles.

O antigo SPI procurou desenvolver uma ação protetora, combatendo as forças externas, exemplificada nos fazendeiros e coronéis que vinham explorar a mão-de-obra Terena. Por outro lado, o órgão federal também era um agenciador de mão-de-obra indígena; o funcionário público federal, o chamado “Chefe de Posto”, autorizava o trabalho assalariado aos “purútuye”, onde a tutela transformava-se em instrumento de dominação, à medida que exemplificava a política de integração na sociedade nacional.

Rangel (1984, p.113) destaca que “a FUNAI, assim, como o SPI, dispõe do trabalho indígena como o camponês dispõe dos seus filhos para o trabalho familiar”.

Outra ação do SPI foi a criação e introdução da figura do “Capitão” dentro da Aldeia, para ser o representante oficial da comunidade, enfraquecendo o poder da organização social dos Terena, especificamente o “Conselho Tribal”. A indicação de um Terena para dialogar com a pessoa indicada pelo governo, deste modo, fez com que a “instituição protetora” se sobrepusesse às lideranças locais, rompendo as estruturas tradicionais de poder e representação.

Para reforçar ainda mais a autoridade do inspetor ou chefe do SPI na Aldeia Bananal, foi criada a polícia local, composta por índios de “confiança” do chefe; nos casos de insubordinação e outros casos graves, qualquer pessoa podia ser presa pela polícia em um local improvisado nas dependências do SPI. A prisão podia variar de algumas horas até vários dias; como alternativa à prisão, a pessoa podia ser sentenciada a carpir, por vários dias, à vista de todas as ruas largas da Aldeia Bananal.

A exploração de mão-de-obra indígena continuava por meio de baixos salários, obrigando o indígena a trabalhar horas extras para conseguir recursos para o sustento familiar. Hoje, é raro ver a presença do “patrão” na aldeia, como era conhecida os recrutadores de índios Terena para o corte de cana-de-açúcar nas destilarias de álcool do Estado.

Hoje (2009/2010), há duas empresas de ônibus que levam pessoas das aldeias para Aquidauana e região, intensificando o contato com a população nacional. As idas constantes às cidades motiva-se pela necessidade de receberem sua aposentadoria, comprar gêneros

alimentícios, e, sobretudo, para reivindicar seus direitos junto ao poder público, especialmente a FUNAI.

Mesmo com a intensa relação com os “purútuye”, inclusive na interação com representantes políticos na qualidade de eleitores indígenas, os Terena exibem poucas conquistas públicas diante de suas necessidades. Após anos de conflitos, as políticas públicas não encontraram uma fórmula para minimizar os impactos do contato com os brancos na vida dos indígenas na aldeia. As iniciativas governamentais não passam de paliativos, sem continuidade e desprovidos do respeito ao processo decisório dos Terena.

2.5 O Processo decisório dos Terena

A estrutura da organização social dos Terena era constituída pelo “Chefe de Guerra”, que presidia o “Conselho Tribal” da Aldeia. Esse conselho representava as metades endogâmicas, conhecidas como “Xumonó” e “Sukrikiano”. Cada metade tinha um chefe, chamado de “nâti”. Em caso de morte, o cargo era transmitido geralmente para o filho mais velho, que precisava demonstrar as aptidões individuais para ser “nâti”; caso contrário passava-se para o próximo filho que demonstrasse possuir tais aptidões. Essa indicação era submetida à aprovação do “Conselho Tribal” da Aldeia.

Aparentemente, não existia qualquer problema na constituição da liderança do “nâti”. Não havia uma disputa semelhante a uma “corrida ao poder”, pois o cargo requer hereditariedade, e, com isso, parece resolver todas as questões, uma vez que o “nâti” representava a família extensa dentro do Conselho Tribal da Aldeia. Os anciãos Terena faziam parte do corpo do Conselho, formando como um todo o Conselho Tribal, representativo das famílias extensas.

Durante a reunião do Conselho Tribal, os dois “nâti” sentavam-se no chão, ladeando o “Chefe de Guerra”, que presidia a reunião, rodeados pelos Terena mais velhos e de outras pessoas.

Esta escolha e a posse do “nâti” aconteciam durante as celebrações do calendário indígena, quando era feita a troca do manto vermelho claro, a que tinha direito por nascimento, para vermelho-rubro, característico dos “chefes de conselhos”.

Em seguida, o novo “nâti” recebia presentes e homenagens. A festa terminava com a distribuição de bebida feita à base de mel, preparada pelas mulheres, para comemorar a escolha do novo chefe que iria ocupar o cargo de “nâti”.

Tradicionalmente, conforme palavras de Altenfelder Silva (1946/1947 p.321), “as decisões mais importantes [...] eram tomadas nas reuniões do conselho da aldeia, onde as palavras dos anciões eram sempre acatadas”.

A “Assembleia” da Aldeia era presidida pelo “Chefe de Guerra”. As pessoas sentavam-se em forma circular, de acordo com a ordem hierárquica, começando pelos índios mais velhos, além da presença da família dos “nâti” e dos guerreiros. Era então que se procedia à escolha do novo chefe de guerra.

A troca do chefe de guerra acontecia por motivo de idade ou por outro qualquer, sendo convocada a “Assembléia da Aldeia”, para informar o motivo de sua saída. Seguia-se a argumentação dos méritos dos candidatos ao cargo de Chefe de Guerra, que deviam possuir um perfil de homem mais valente da aldeia, principal requisito, era sua participação em guerras anteriores, se fosse o caso.

Após a aprovação da assembléia, o antigo chefe de guerra dirigia-se ao novo guerreiro escolhido, entregava-lhe um cachimbo e despia-se, entregando-lhe o manto de pele de onça, que simbolizava, perante a comunidade, a transmissão do cargo e a solene responsabilidade de liderar os guerreiros terena nos campos de batalha.

O processo decisório dos Terena não se distanciou muito da sua dinâmica tradicional, mas, por outro lado, apareceram novas funções, impostas pelos brancos, como as de Cacique e Vice Cacique e a substituição do nome da função, que antes era conhecida como “chefe de guerra”, que presidia as reuniões do Conselho Tribal, hoje chamado de “Presidente do Conselho”.

Portanto, o “chefe de guerra” foi substituído pelo “Presidente do Conselho Tribal”, que é, hoje, o responsável pela coordenação das reuniões dos conselheiros da Aldeia. É uma nova figura que executa as mesmas atividades tradicionais dos antigos conselhos.

A presidência do Conselho Tribal constitui uma das funções mais importantes dentro da organização social dos Terena. É, também, a mais cobiçada e disputada atualmente, em virtude de conceder ao seu ocupante o poder central de decisões juntamente com os conselheiros, onde a sentença final é dirigida e anunciada pelo presidente e posteriormente comunicada ao cacique da Aldeia.

Na atualidade, a escolha do “Presidente do Conselho”, Cacique e Vice Cacique passam pela decisão do grupo de pessoas que apóiam uma candidatura para o cargo de Cacique da Aldeia. São cargos importantes geralmente oferecidos às pessoas que representam e lideram famílias extensas, sempre procurando obter grande quantidade de votos e visando a garantir a eleição do Cacique.

Os conselheiros, atualmente, incluem não só os anciãos, mas já admitem jovens nos seus quadros. Os conselheiros buscam nos novos membros do grupo elementos com características de prontidão e voluntariado para atender ao trabalho comunitário, conforme a direção dos mais velhos. Cabe ao presidente do conselho convocar os conselheiros e marcar a data e o local da sua reunião. Ele atua como moderador e expõe os assuntos que atendem aos interesses da população.

A decisão dos índios Terena não é feita de forma democrática de predomínio da maioria em detrimento da minoria, como conhecemos no mundo não indígena. Toda decisão é feita de forma consensual, isto é, onde todos têm o dever e o direito de manifestar a sua opinião durante a reunião de conselho tribal, seguindo a ordem da antiguidade, do mais velho para o mais novo, sob o comando do presidente do conselho. O Presidente do Conselho, após ouvir a opinião de todos, expõe a sua opinião do consenso detectado por ele. Não se trata da opinião pessoal sua, mas do teor verificado à medida que as discussões se sucedem. Somente quando todos concordam numa decisão comum é que o Presidente do Conselho pergunta se todos estão de acordo numa linha comum de ação. Enquanto o consenso não é atingido, nada se decide. Isto significa que, quando não há consenso, exige várias outras reuniões que demanda vários dias não havendo uma data específica para conclusão de um determinado assunto, ficando à disposição na finalização do consenso.

Outro fator importante dentro do Conselho Tribal: cada conselheiro tem o dever de falar para emitir o seu parecer em um determinado assunto. O uso da palavra é uma obrigação imperativa, usada para argumentação convincente aos demais conselheiros durante a reunião de tomada de decisão.

O Presidente do Conselho, antes de passar a palavra para o cacique, relata, diante de todos, a decisão de grupo, levando ao conhecimento do “Cacique” a decisão tomada pelos conselheiros.

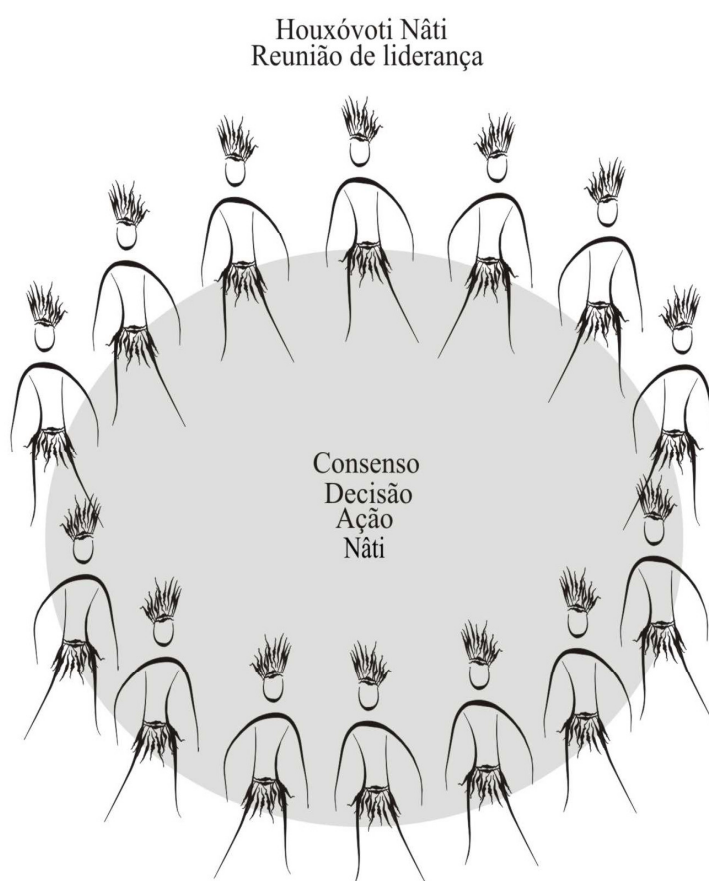
Assim como nos relatos de Pierre Clastres sobre os Tupi (1974, p.54), entre os Terena, como “planejador de atividades econômicas e cerimoniais do grupo, o líder não possui qualquer poder decisório”. Fernando Altenfelder Silva registra (1946/1947 p.336) que “a autoridade do Chefe, ou seja, do “Capitão” dos índios é pequena. Na verdade ele atua apenas como representante dos índios junto a autoridade brasileira local, a qual se submete”.

Fica evidente a pequena autoridade do cacique, porque o exercício do poder está ancorado no conselho tribal da aldeia onde este é apenas um ouvinte na reunião do conselho e não participa das decisões dos conselheiros tribais. Esta sua debilidade pode ficar visível quando recebe a incumbência de executar tarefas sugeridas pelo Conselho da aldeia.

O Presidente do Conselho parece ser a autoridade máxima na organização tribal dos Terena. Isto ficou evidenciado numa resposta de um dos entrevistados da Aldeia Lagoinha, que me respondeu: “o ancião Bará enquadrava o cacique e não tinha medo, não”. O velho índio sabia, então, que ele era superior e detentor de poder em relação ao cacique, a ponto de chamar a sua atenção.

Um episódio foi sintomático da interferência do processo decisório do branco em oposição ao processo decisório Terena. Em 1996, um cacique da aldeia Lagoinha foi exonerado pelo presidente do Conselho Tribal, motivado pela sua campanha política ao cargo de vereador na Câmara Municipal de Aquidauana, deixando a comunidade indígena sem o devido atendimento.

A figura abaixo mostra a disposição dos Conselheiros e do Presidente do Conselho Tribal coordenando uma “houxóvoti” ou reunião, lugar de tomada de decisão.



- O “houxovoti” ou reunião é o lugar onde se busca o Consenso entre os Conselheiros, onde é dever de cada um apresentar argumentação coordenada pelo Presidente do Conselho Tribal.

- A Decisão dos conselheiros é apresentada ao Cacique pelo Presidente do Conselho Tribal para tomar conhecimento.
- A Ação é de exclusividade do Cacique que deve colocar em execução a decisão tomada pelos conselheiros.
- “Nâti” são cada um dos integrantes dos membros do Conselho Tribal.

Os indígenas que ocuparam o cargo de Cacique, Vice-cacique ou Presidente do Conselho e que foram entrevistados afirmaram que o processo decisório, quando é conduzido na forma tradicional, é a melhor forma de decidir os assuntos de seu interesse. As pessoas não ficam desconfiadas e tudo acontece de forma transparente para todos, principalmente para os moradores da aldeia.

As mulheres, por sua vez, desempenham um papel político importante e que merece ser ressaltado. Além dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos, elas participam também nas decisões comunitárias, através de conversas com os homens, nas refeições ou nas horas vagas, durante o tereré ou chimarrão. Longe dos holofotes e olhares indiscretos da comunidade, elas se comportam como grandes estrategistas, influenciando fortemente nas decisões dos homens.

2.6 Os Terena de hoje e o poder de decisão

Apoiando-nos em registros históricos que relatam a disposição tradicional das casas dos Terena no “Exiva”, recorremos à obra de Fernando Altenfelder Silva (1946/1947 p. 287) que afirma: “os Terena habitavam em aldeias, onde as casas se distribuíam em círculo, ao redor de uma praça central”. Esta ocupação espacial era dividida de acordo com as metades “endogâmicas”, representadas pelos “Xumonó” e “Sukrikiono”, formando um semi-círculo para cada uma delas, onde estavam agrupadas as casas das famílias extensas.

Com a instalação dos Terena em terra sul mato-grossense, em particular após o conflito bélico da guerra do Paraguai, alguns ficaram dispersos pelas fazendas enquanto outros retornaram aos antigos aldeamentos.

A questão fundiária, principalmente a medição de terras indígenas, com 6.336 hectares para Aldeias Ipegue e Bananal, foi definida na demarcação, feita em 1905 pelo Major de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon. Esta demarcação tornou-se um fator importante para atrair os Terena de volta aos seus aldeamentos, embora, por outro lado, tenha

resultado no enfraquecimento da distinção espacial das metades endogâmicas e das famílias extensas.

Nos dias atuais, os Terena continuam reelaborando o seu modo de ser e de viver, tomando como marco referencial inicial a sua reflexão a partir do momento em que o SPI demarcou as terras indígenas para sua vivência comunitária. É importante ressaltar que se aplicou uma nova formatação na Aldeia Bananal, no seu espaço cultural e de residência dos Terena, de acordo com modelo fornecido pela cidade, urbanizado e dividido em ruas e quarteirões. Uma consequência do desmembramento dessa nova imposição e formação espacial foi o enfraquecimento da integridade do seu modo de viver e de ser Terena. Isso os obrigou a buscar a sua ligação com o passado nos moldes impressos no “Exiva” para reorganizar o sistema de parentesco, que se refletia na disposição das residências dos clãs, segundo os costumes tradicionais.

Com o decorrer do tempo, a reorganização familiar foi retomada na Aldeia Bananal, visando manter o grupo unido, o que permitiu o reaparecimento de núcleos do sistema de parentesco tradicional nos arredores do ponto central da aldeia. Foi uma tentativa de retomar algumas das características das metades, ameaçadas pelo traçado espacial imposto pelas autoridades governamentais quando da fundação da aldeia.

Wanderleia Paes Leite Mussi (2005, p. 193), em sua tese, relata o surgimento de “Associações Indígenas e a subdivisão nos núcleos populacionais, acarretando a criação de bairros (vilas) no entorno do núcleo original da Aldeia: Vila Sobrinho, Baixadão, Cândido, Paraíso, Jaraguá, Vila Nova, Mariano, Pedreira e Esperança”. Estes núcleos populacionais, pertencentes à Aldeia Bananal, são reconhecidos pelos próprios moradores, alguns dos quais perpetuam os nomes das famílias extensas.

A transformação espacial nas moradias dos índios na Aldeia Bananal aparece nos registros de Cardoso de Oliveira (1976, p.78): “Bananal é, seguramente, a aldeia mais importante dos Terena e a mais ‘urbanizada’, contando com casas, algumas de tijolos e a maioria de adobe, mas devidamente caiadas e dispostas em perfeita simetria, a formar ruas e quadras em estilo bem citadino”, embora ele não se detenha para analisar as consequências culturais desse modelo, como fazemos aqui.

O século passado foi marcado por grandes acontecimentos na Aldeia Bananal, desde a criação do SPI, a presença da Comissão de Linhas Telegráficas com Rondon, a demarcação de terras, a chegada dos missionários protestantes e católicos, a construção de igrejas, a presença da FUNAI, a visita do presidente da república Ernesto Geisel, a construção de escolas, a mudança na forma de escolha do cacique da Aldeia, até chegar à construção do

gasoduto, mais recentemente. Todos esses acontecimentos exigiram dos Terena a tomada de decisões relativas à influência que cada evento podia acarretar sobre sua vivência e valores culturais. Citamos apenas alguns dos eventos mais significativos que são analisados, brevemente, nos próximos itens.

2.7 O Processo decisório dos índios e o antigo SPI

Após a criação do SPI, em 1910, com a instalação do Posto Indígena na Aldeia Bananal, iniciava-se a presença administrativa do “purútuye”, marcada por conflitos com líderes indígenas, civis e religiosos. Com o passar dos tempos, o “encarregado do posto”, como era conhecido, passou a interferir nas atribuições e decisões do conselho tribal, alterando os costumes e as tradições na vida cotidiana dos índios, provocando neles ânimos exaltados, em diversas ocasiões.

Para exemplificar, recorremos aos registros de Cardoso de Oliveira (1976, p. 78), afirma que “em 1915, Marcolino Lili foi apontado pelo SPI para o cargo de Capitão da Aldeia”, a apenas cinco anos de sua criação, menos ainda de implantação efetiva na Aldeia. Este foi o primeiro e grande confronto com as tradições locais, ao chocar-se de frente com os índios na tomada de uma decisão que não é da competência dos representantes do governo, e, sim, das lideranças indígenas. Em 1933, após dezoito anos ininterruptos na sua atividade como cacique, o próprio SPI abusou de seu poder para destituir e prender o capitão da aldeia, sob a acusação de instigar uma revolta contra o órgão do governo federal.

O capitão do Bananal na época, Marcolino Lili, segundo informações colhidas com anciãos indígenas, tinha o apoio incondicional dos grandes feiticeiros da aldeia. Era, além disto, casado com Georgina Marcos Lili, filha de feiticeiro, que recebia o carinho e a proteção dos feiticeiros locais. Além de cuidar dos interesses físicos e espirituais da sua comunidade, Marcolino era apoiado e fortalecido por três grandes famílias existentes na aldeia. Ele recrutava vários indígenas e os empregava no trabalho diário da roça e no cuidado de animais, em troca de apoio ao seu governo.

O grupo Protestante, surgido a partir da ação missionária iniciada em 1912, exerceu um papel importante na vida dos índios Terena, sobretudo pela introdução da escola nas principais aldeias da área do Posto Indígena Taunay. A atividade missionária esclareceu os direitos dos índios por meio do ensino da leitura e da escrita, pela qual começaram a reivindicar seus direitos, atendendo às necessidades da aldeia. Marcolino, especialmente,

servia-se desses ensinamentos, quando solicitava ao chefe de posto a distribuição de ferramentas e outros implementos para as atividades diárias da comunidade. Marcolino nada mais fazia do que cumprir com a sua função política e social para atender às necessidades do seu povo. Como descreve Pierre Clastres (2003, p. 48): “é papel do chefe ser generoso e dar tudo que lhe pedem” na busca da provisão para as necessidades locais.

A figura do chefe de posto sempre gerou controvérsias. Há, inclusive, um episódio, registrado por Cardoso de Oliveira, que demonstra o despreparo e o desrespeito para com os costumes locais por parte do representante do governo federal. Um deles chegou a dar voz de prisão a um indígena porque atreveu-se a pedir ferramentas que tinham sido enviadas para distribuição na comunidade; a justificativa apresentada era de que o indígena em questão estava incitando a revolta na comunidade contra as autoridades constituídas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p.79).

Embora cada chefe de posto adotasse uma postura diferente em relação às autoridades indígenas, enquanto prevalecia um relacionamento amistoso entre eles não havia conflitos tão graves. Roberto de Cardoso de Oliveira registrou no caderno de campo, “Os Diários e Suas Margens”, o comportamento do chefe de posto na Aldeia Passarinho, município de Miranda, a maneira como dirigia aos índios demonstrando a sua indignação, pelos maus tratos dizendo:

Será que esse é o preço que o indigenismo tem a pagar quando seus funcionários da base, os encarregados, são tão incompetentes? E preconceituosos, como ilustra bem o comportamento de Nogueira ao dirigir, em voz alta, quase gritando, os maiores impropérios aos índios, chamando-os de bêbados e vagabundos (2002, p.56).

A imagem do governo federal tem a ver com a atitude de alguns funcionários do SPI, hoje Funai, especialmente os chefes de posto, que decepcionaram os índios pelos maus tratos e falta de preparo para as suas atribuições inerentes ao cargo. Mais uma vez recorreremos aos relatos de Pierre Clastres para ilustrar a reação dos indígenas diante de episódios de exploração e desrespeito aos seus costumes e direitos:

Com efeito, os etnólogos notaram, entre as mais diversas populações da América do Sul, que essa obrigação de dar, à qual está preso o chefe, é de fato vivida pelos índios como uma espécie de direito de submetê-lo a uma pilhagem permanente (PIERRE CLASTRES, 2003, p.48).

De fato, no entendimento dos indígenas, é obrigação do chefe, seja “purútuye” ou não, a generosidade, dar tudo o que eles pedem. Quando isso lhes é negado, o chefe perde o

respeito e é desconsiderado, como se não tivesse nenhum poder. Diante desses conflitos, qualquer ato contrário por parte dos indígenas podia ser considerado pelas autoridades governamentais como “revolta” ou “insubordinação”.

Diante de vários acontecimentos desse tipo, fica visível a falta de respeito, por parte dos não indígenas, ao processo decisório dos Terena na escolha da sua própria liderança, principalmente para a função de cacique. Está e sempre esteve em jogo a organização social e política dos Terena.

2.8 Processo decisório dos índios protestantes e católicos

A chegada do Cristianismo originário da Europa Ocidental marcou uma nova fase na vida diária dos povos indígenas do continente, de modo geral. Missionários Católicos e Protestantes penetraram nas áreas habitadas por etnias autóctones, apresentando a Palavra de Deus por meio de um ritualismo sacerdotal, de um lado, e de uma pregação bíblica e doutrinária, de outro, como mais uma novidade presente nas aldeias.

A chegada de missionários Protestantes à Aldeia Bananal deu-se em 1912, por meio de Alexander Rattray Hay e Henrique Whittington, respectivamente diretor e missionário da britânica Inland South America Missionary Union (ISAMU). Eles fizeram, então, a primeira viagem de reconhecimento por diversas aldeias Terena para sondar a possibilidade de abrir um trabalho de evangelização entre os índios. Tendo visitado inicialmente a aldeia de Nioaque, eles colocaram como seu objetivo principal instalar-se na Aldeia Bananal, considerada a principal das aldeias Terena.

A recepção dos missionários foi marcada por uma intensa movimentação na Aldeia Bananal, devido às propostas apresentadas aos índios. O objetivo da visita às lideranças indígenas era discutir a implantação de uma escola de alfabetização, o que criou uma expectativa positiva. Os índios, então, se prontificaram de construir e auxiliar na moradia para os missionários.

Até aquele momento, Bananal não possuía escola, esperando a iniciativa do SPI para a criação de um estabelecimento de ensino segundo o modelo do branco. Enquanto aguardava a permissão de entrada e a construção da escola na Aldeia Bananal, o missionário ficou morando no Distrito de Taunay. Ao mesmo tempo, o SPI providenciava a vinda de um professor brasileiro para tentar impedir a construção de uma escola evangélica em área de sua jurisdição.

Após autorização de entrada na aldeia, os missionários receberam dos índios a decisão equivalente. Isto foi registrado pelo missionário Whittington: “Quando souberam do nosso intento, concordaram com a decisão do capitão e os homens do Bananal” (1925 p. 127). Isso significa que os objetivos relatados pelo missionário passaram pela decisão do conselho tribal da aldeia, que ouviu o capitão da Aldeia e discutiu e aprovou a resolução.

Iniciava-se, assim, a fase de convivência com pessoas estranhas dentro da aldeia. Os missionários abriram uma escola no alto da rua principal, numa casa emprestada por um índio, iniciando as aulas no período matutino e, depois, no período noturno, para atender crianças e adultos, além de realizar cultos religiosos. A Escola da missão, segundo Altenfelder Silva, atingiu cerca de 120 alunos indígenas em 1936, com dois professores que ministravam aulas em português, sendo auxiliados por um índio devidamente capacitado (SILVA, 1946/1947, p.339).

O interesse das missões religiosas nos índios aumentou com a presença de padres redentoristas, que vinham de Aquidauana, uma vez por mês, para realizar atividades religiosas. A presença de mais uma missão religiosa parece ter provocado mais uma divisão e o conseqüente surgimento de dois grupos indígenas no Bananal, que se identificam como protestante e católico.

Os dois grupos passaram a fazer competição religiosa na disputa de espaço e clientela indígena. De um lado, os protestantes aumentaram a frequência dos cultos religiosos e, do seu lado, os católicos fizeram a mesma coisa.

A disputa entre grupos ganhava adeptos. À medida que os índios ficavam descontentes com SPI, pendiam para o grupo Protestante, motivados por estarem bem organizados e eficientes, como afirma um líder indígena protestante em seu depoimento. Diz ela: “as pessoas despertam, assim, mentalmente, nós através do evangelho” (Acçolin, 2004, p.123).

Neste despertar, os índios adquiriram o conhecimento dos seus direitos, principalmente junto ao SPI, órgão do governo federal diretamente ligado às questões sociais, políticas e econômicas que influíam na sobrevivência e estabilidade da comunidade Terena. A nova ferramenta, chamada escola, foi acompanhada de um novo despertar do conhecimento instrucional e religioso oferecido pelos missionários, o que permitiu uma nova consciência na defesa da terra, nas atividades da aldeia e no controle do posto indígena. Esses adeptos dos missionários foram considerados revolucionários pela comunidade quando passaram a representar uma ameaça ao posicionamento até então inquestionável do funcionário federal.

Com o passar do tempo, cresceu a hostilidade, aconteceu principalmente contra a missão protestante, que se incompatibilizou com os católicos, grupo que não encontrava

obstáculos por parte dos funcionários do posto indígena. Os funcionários do governo alegaram a perturbação da rotina da aldeia por parte da missão protestante. As escolas, igualmente, foram afetadas por essas disputas internas entre a escola evangélica e a escola do SPI.

Além da eficiência característica do seu trabalho educacional, os missionários protestantes ofereciam atendimento básico de saúde. Para um povo carente, com vontade de aprender a ler e escrever em português, não podiam os missionários terem planejado uma melhor estratégia de penetração na área Terena. Esse processo de mudança foi reforçado ainda mais com a conversão do capitão Marcolino Lili à fé protestante.

Os missionários protestantes sempre respeitaram o processo decisório dos índios Terena, como se pode verificar no relato de um deles:

Antes do por do sol, o chefe indígena, com dois dos homens da aldeia, chegaram à estação de trens e ele estava claramente feliz de nos ver [...] Eles prometeram voltar na manhã seguinte, com carroças, para levar nossos pertences para a aldeia. Porém, quando os índios descobriram que não tínhamos sido enviados pelo governo e que não tínhamos permissão escrita para nos estabelecermos entre eles, a sua atitude mudou imediatamente [...] Eles nos disseram que não permitiriam nem que acampássemos na sua terra sem autorização oficial...

Como não tínhamos lugar para nos abrigar [...], foi necessário levantar duas barracas improvisadas, usando os nossos lençóis e cobertores, ao lado da linha férrea [...]. Eu me concentrei em entrevistar-me com oficiais locais (de Aquidauana) e em despachar telegramas solicitando a permissão necessária das autoridades no Rio de Janeiro, o que se estendeu por algumas semanas. (WHITTINGTON, 1925, p.25).

Os registros dos missionários dão a entender que o capitão e seus homens eram integrantes do conselho tribal, o que confirma que o missionário foi bem recebido pelas lideranças indígenas da Aldeia Bananal. Os índios também demonstraram uma atitude de respeito com a decisão do SPI na espera de permissão de entrada para os missionários.

A atuação dos funcionários do posto indígena foi claramente tendenciosa, quando tomaram o partido de um dos grupos religiosos, no caso os católicos da aldeia. Isto culminou com a prisão do líder protestante, provocando um êxodo de índios para outros aldeamentos.

Podemos observar a grande aceitação religiosa do trabalho missionário por parte dos índios na Aldeia Bananal, berço do Protestantismo Terena. Segundo dados coletados, em 2004, por Evanilson Campos Gonçalves, a população era composta de 84,67% protestantes e 15,33% católicos (GONÇALVES, 2006, p. 52).

2.9 Processo atual de escolha do Cacique

A década de 1990 marcou o fim do modelo tradicional de escolha dos “nâti” e início de um novo modelo de escolha do cacique por meio do processo eleitoral do voto secreto e democrático, segundo o modelo utilizado no mundo do branco.

Após os conflitos e disputas entre a missão protestante, os católicos e o SPI, surgiu um novo divisor entre os índios do Bananal. Desta vez, a divisão foi provocada por grupos político-partidários que seguiam as tendências do município no qual a aldeia se circunscreve. À medida que os indígenas passam a defender uma determinada sigla partidária, o jogo de interesses dos brancos passa a ter sua contrapartida dentro da própria aldeia, com consequências marcantes na vida diária dos indígenas.

Essa prática já acontecia entre os índios, isto é, a participação no processo eleitoral não indígena, antes de 1955, segundo Cardoso de Oliveira (1976, p. 123): “considerando a atuação partidarista de alguns encarregados de postos no agenciamento de eleitores para as eleições anteriores, havia decidido recolher os títulos [eleitorais] dos índios”.

É comum o envio de caminhões às aldeias para transportarem os índios ao Distrito de Taunay ou até a cidade de Aquidauana, para assistir a comícios. Hoje esse transporte se faz em ônibus fretados no dia de eleição, quando são levadas para efetivar o voto prometido ao partido político dos brancos benfeitores da comunidade. As relações entre as metades e os grupos religiosos e políticos dependem dos benefícios prometidos na época de campanha política. Não há preferências religiosas que estejam atreladas às preferências políticas. O que se verifica é um clientelismo baseado em compensações materiais e políticas, inclusive dentro dos grupos religiosos, especialmente os novos grupos que surgiram a partir da expansão do pentecostalismo no território nacional.

O envolvimento intenso dos índios no processo eleitoral fez com que muitos se filiassem a um determinado partido político eleitoral, permitindo-lhes até disputar cargo eletivo na Câmara Municipal de Aquidauana. O resultado dessa participação indígena no processo político eleitoral do branco, na década de 1970, elegeu Jair de Oliveira como o primeiro índio representante do povo Terena, na Câmara Municipal de Aquidauana. Foi decisiva, para essa mudança política, a participação efetiva da ala protestante que, na época, constituía a maioria da população da Aldeia Bananal.

A crescente participação indígena na política partidária regional proporcionou conhecimento e experiência na articulação de grupos localizados para atingir objetivos de seu interesse. Um dos sinais dessa mudança ocorreu quando se usou o voto secreto na Aldeia

Bananal para resolver um conflito político interno, quando um cacique recusou-se a entregar o cargo quando foi destituído pelo conselho tribal da aldeia. As lideranças indígenas, procurando desconsiderar o cacique diante dos moradores por meios pacíficos, resolveram escolher um substituto por meio do processo democrático eleitoral, utilizando o voto secreto e garantindo a participação de todos os moradores da aldeia com idade permitida para exercer o voto, ditada pela lei dos “purútuye”.

O conflito interno foi resolvido com a escolha do indígena Felix Pio, primeiro cacique eleito pelo voto secreto, legitimado pela população na Aldeia Bananal. Em consequência, foram anulados todos os atos do cacique anterior, e, com isso, emergiu um novo grupo político, resultando novamente em dois grupos políticos internos na aldeia, ou seja, o vencedor e o perdedor, refletindo o sistema de metades.

A partir da inovação do processo eleitoral na Aldeia Bananal, outras aldeias adotaram o processo de escolha do cacique pelo mesmo método, como foi o caso das aldeias Lagoinha, Água Branca, Morrinho, Imbirussú, Ipegue, Colônia Nova, Aldeia Limão Verde e Córrego Seco – todas circunscritas ao município de Aquidauana.

Hoje os políticos regionais brancos acompanham atentamente o processo eleitoral indígena, às vezes patrocinando um candidato indígena de sua preferência para o cargo de cacique da aldeia com vistas à obtenção de votos para suas próprias candidaturas. O voto dos índios passou a ter peso nos rumos político-partidários das eleições dos brancos.

A campanha eleitoral do candidato a cacique da aldeia segue os padrões de candidatos ao cargo de vereador do município. Em 2003, certo candidato a cacique da Aldeia Bananal distribuiu camisetas com seu nome e *slogans*, foram colocadas faixas de propaganda nas estradas, ele foi entrevistado na rádio comunitária, patrocinou um torneio de futebol e aplicou outras estratégias conhecidas no mundo dos brancos. Para confirmar esse processo de mudança cultural, no processo eleitoral de 2003, o candidato eleito venceu o processo com a diferença de apenas dois votos em relação ao segundo colocado; isto foi o suficiente para causar conflitos internos, esquentando os ânimos nos dois grupos políticos da Aldeia Bananal.

Durante os quatro anos de mandato, no período entre 2004 e 2008, teve dois caciques na Aldeia Bananal, sendo o primeiro e o segundo mais votados no processo de escolha que aconteceu em dezembro de 2003. A própria FUNAI legitimou o processo decisório dos índios.

Atualmente, a Aldeia Bananal conta com um cacique eleito pelo voto secreto em dezembro de 2007. Mesmo assim, a população continua dividida em dois grupos político-partidários: de um lado, posicionam-se o PT e o PMDB, e, do outro se posicionam o PDT e o

PPS. Essa divisão foi visível nas manifestações do dia 19 de abril de 2009, durante a comemoração do “Dia do Índio”.

Numa visita às áreas indígenas no município de Aquidauana, para fazer observação participante, constatei que as aldeias com maior densidade populacional estavam divididas, cada grupo realizando a sua própria dança tradicional Terena do “kipaéxoti”, “siputerena” e o almoço de confraternização em comemoração ao Dia do Índio.

Atualmente, a escolha do cacique da aldeia está diretamente vinculada ao poder político partidário, uma vez que o cacique é o provedor da comunidade. Como afirma Pierre Clastres, o grupo é inteiramente dependente do poder político para viabilizar projetos de interesse da coletividade.

CAPITULO III

O PROCESSO DECISÓRIO ENTRE OS TERENA: O GASODUTO BOLÍVIA/BRASIL

O Estado brasileiro, ao longo de vários anos, vinha se interessando pela reserva energética do gás natural da Bolívia para abastecer a indústria brasileira, motor do desenvolvimento econômico do país. O projeto da construção do gasoduto Bolívia/Brasil existia há muito tempo, como está registrado na obra de José Alexandre Altahyde Hage, “Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás”(2008). Hage afirma que o interesse pelo assunto não se iniciou com assinatura do Tratado de La Paz, pois “desde o governo militar, em 1974, passando por José Sarney, em 1985, e por Collor de Mello, em 1992, o carburante dos Andes tem despertado a atenção do Brasil e outros países” (2008, p. 30).

Em 1996, foi assinado o Tratado de La Paz, entre o Brasil e a Bolívia, para a importação do gás natural por meio de um gasoduto, empreendimento que foi financiado com recursos do Banco Mundial e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social. A efetivação da sua construção era importante para o Brasil poder solucionar o suposto *déficit* de energia em decorrência de notícias veiculadas, em 1993, de que o país poderia sofrer uma crise no setor. A previsão era de que 2001 seria o ápice do chamado “apagão”, que poderia colocar em risco o desenvolvimento e a sobrevivência da indústria nacional. Uma catástrofe dessas proporções poderia levar o país a desacelerar o crescimento da economia e provocar graves efeitos políticos, sociais e econômicos nefastos ao bem-estar do país. A importação do gás natural boliviano, além de resolver o problema do “apagão”, seria um importante fator para o real crescimento econômico do Brasil. Como descreve Hage: “A relação de bem-estar social, criação de empregos, industrialização e ascensão no índice de desenvolvimento humano (IDH) são itens que têm correspondência direta com o uso da energia propriamente dita. Por isso, ela é indicativa do desenvolvimento das unidades políticas nacionais” (2008, p. 139).

Em 1997, iniciou-se a importante obra de construção do gasoduto, no trecho compreendido entre Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, até o Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Os 3.150 quilômetros de construção do gasoduto passavam pelos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina até chegar ao Rio Grande do Sul, com previsão de importação de 30 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia a partir de sua inauguração.

3.1 História do Projeto do Gasoduto

No planejamento do itinerário de instalação do gasoduto utilizou-se um sistema de satélites para indicar o melhor traçado no terreno. Um dos objetivos principais era desviar-se de monumentos de interesse social, cultural, assentamentos, sítios arqueológicos e aldeamentos de povos tradicionais que pontilhavam a região. Todo empreendimento, resultante de atividades humanas, que afeta o meio ambiente exige um “Estudo de Impacto Ambiental”, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional nº 001, de 23 de janeiro, de 1986. Em cumprimento com a legislação brasileira, a análise do impacto ambiental delimitou, ao longo do traçado do gasoduto, uma faixa de segurança de vinte quilômetros de largura — isto é, dez quilômetros de cada lado do traçado, a partir do eixo da tubulação que conduziria o gás natural por território brasileiro.

O Estudo de Impacto Ambiental constatou a existência de aldeamentos indígenas nos Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina, localizados próximos ao traçado da construção do gasoduto, embora este não entrasse em território indígena propriamente. Portanto, não seria necessária a retirada de populações de seus territórios em decorrência de ser o impacto indireto e de intensidade mínima para a existência desses povos indígenas.

A presença dos grupos indígenas no trecho em construção do gasoduto, confirmada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, estabeleceu condicionantes para a concessão de Licença de Instalação no trecho entre Corumbá e Curitiba, que deviam ser observadas. Os quesitos exigidos pelo IBAMA eram: “apresentar ao IBAMA, para análise e concessão da Licença de Instalação: informações sobre as áreas indígenas, identificando os grupos, localização geográfica, aldeias, populações, situação fundiária, ocupação e utilização da região, saúde, educação, hábitos alimentares, segurança social, etc., e as suas expectativas em relação ao empreendimento, bem como as medidas mitigadoras” (1997, p. 01).

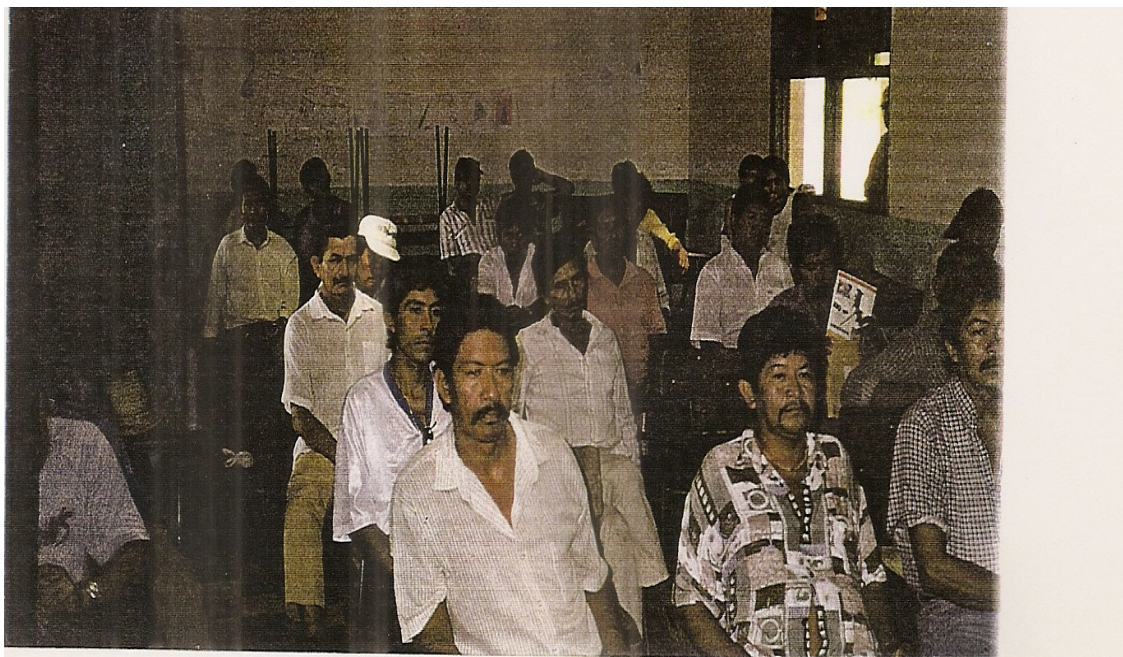
Em uma das respostas apresentadas aos quesitos exigidos, o estudo recomendava que: “antes da construção do GASBOL, sejam feitas estudos antropológicos de campo para atualização de dados e informações, bem como análise conjunta com as lideranças indígenas de algumas atividades decorrentes do empreendimento. O processo de consulta pode ser permanente, ocorrendo antes, durante e após as operações de instalação do duto. As informações deverão ser oportunas, detalhadas e pertinentes, respeitando a cultura indígena, para que os índios possam conhecer e analisar as obras e seus impactos, em conjunto com a Petrobrás” (1997, p.15).

O resultado do estudo antropológico identificou a existência de vinte e duas aldeias indígenas, distribuídas ao longo de todo o traçado do gasoduto. Foram constatadas dezoito aldeias no Estado de Mato Grosso do Sul, uma aldeia no Estado de São Paulo e três aldeias no Estado de Santa Catarina. As distâncias entre as terras indígenas e o traçado do gasoduto variavam entre cinco e setenta quilômetros. Foram identificados seis territórios indígenas localizados entre cinco e quinze quilômetros do seu traçado. Apenas três aldeias estavam localizadas na proximidade mais imediata do trajeto do gasoduto: Aldeinha, em Anastácio, e as aldeias Moreira e Passarinho, em Miranda, todas localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, a uma distância de cinco quilômetros no interior da área de influência do gasoduto.

As reuniões entre as lideranças e empreendedores, em Campo Grande, constituíram um dos passos iniciais para proporcionar os “purútuye” uma compreensão pertinente da cultura das populações indígenas que estavam estabelecidas em torno da linha de instalação do gasoduto e que serviram de norteadores para os trabalhos futuros. Deste modo, o impacto do projeto ganharia um aspecto humano concreto, além do que se projetava no papel.

Os levantamentos e análises antropológicos serviram para consolidar o conhecimento dos povos indígenas e demonstrar aos empreendedores a identificação de grupos étnicos, localização, população, aspectos fundiários em cada território indígena, dados de saúde, educação, organização social e outros que constituíram um quadro bastante abrangente das populações indígenas impactadas pelo projeto do gasoduto Bolívia - Brasil.

As reuniões aconteceram em todas as aldeias, envolvendo as lideranças e a população interessada, bem como os representantes da Petrobrás, FUNAI, Universidade Católica Dom Bosco e membros da Comissão de acompanhamento. Estes últimos apresentaram detalhes dos trabalhos proposto para a construção do gasoduto e uma avaliação dos projetos apresentados pelas lideranças indígenas, fazendo comentários sobre a viabilidade de cada projeto.



Fonte: PDPI–UCDB–TBG–Gasbol. Reunião de Lideranças Indígenas de Miranda e de Aquidauana – MS.

As reuniões foram esclarecedoras e frutíferas. Na questão indígena, a população conheceu como seriam realizados os trabalhos dos projetos apresentados pelas lideranças. O debate, por outro lado, forneceram todas as informações necessárias e atualizadas na elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

Em dezembro de 1997, a Transportadora Brasileira de Gasoduto contratou a Universidade Católica Dom Bosco para elaborar o Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas, em conjunto com a FUNAI e a PETROBRAS no lado brasileiro. A presença da Universidade se justificava pela sua vasta experiência com os povos indígenas de Mato Grosso do Sul.

3.2 Negociações com os Terena

A Petrobrás, considerando a distância relativa ao traçado do gasoduto das Aldeias Aldeinha, Moreira e Passarinho, “solicitou à firma de consultoria PRIME Engenharia que examinasse os benefícios que poderiam ser concedidos às comunidades indígenas da área de

influência desse empreendimento, especificamente para as aldeias mais próximas, Aldeinha e Pilad Rebuá, ambas no Mato Grosso do Sul” (1998, p. 02).

A iniciativa da Petrobrás em buscar alternativas para a concessão de benefícios às três aldeias indígenas no Mato Grosso do Sul, pelo fato de estarem na área de influência do gasoduto, visava a antecipar possíveis solicitações compensatórias por parte daquelas comunidades indígenas, posteriores à conclusão do projeto.

A proposta dos empreendedores como compensação pela proximidade ao traçado do gasoduto era de que somente a comunidade da Aldeinha de Anastácio receberia a construção de casas especiais, no valor de cem mil reais. Para as Aldeias Moreira e Passarinho, em Miranda, foi oferecida a construção de uma escola no valor de cinquenta e um mil reais. Outras aldeias identificadas não receberiam benefícios como compensação dos empreendimentos por estarem distantes das obras projetadas.

No dia 11 de julho de 1997, o IBAMA aprovou o relatório e expediu a Licença de Instalação para o trecho de Corumbá a Curitiba. Essa aprovação estipulava mais uma condicionante: “criar, no máximo de trinta dias, uma Comissão composta por representantes da PETROBRAS, FUNAI, IBAMA e da comunidade Terena, para determinar as possíveis ações junto às áreas indígenas” (1997, p. 02).

Para atender aos quesitos formulados na criação de uma Comissão, foi realizada a primeira reunião no dia 19 de agosto de 1997, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Participaram as instituições internacionais de financiamento, empreendedores, e lideranças indígenas, numa consulta pública que culminou com a elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas.

Na reunião, as lideranças indígenas Terena discordaram do critério proposto pela PETROBRAS, de usar a “distância do traçado do Gasoduto” em relação às outras Aldeias indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, para a concessão dos benefícios da compensação formulados pela PETROBRAS. As lideranças indígenas Terena argumentaram que são povos unidos, com redes de interação entre as comunidades e reciprocidade em casos de interesse comum, apesar das distâncias entre aldeias. As lideranças indígenas alertaram as autoridades presentes na reunião, representantes institucionais e empreendedores que o critério utilizado para a compensação aos Terena de três aldeias poderia provocar disputas, discussões e conflitos entre os índios. As lideranças indígenas não desejavam que isso viesse a acontecer dentro das suas reservas.

Para isso, as lideranças indígenas manifestaram com um documento propositivo durante a reunião de consulta, apresentando sugestões com vários itens, que serão apresentados no próximo subitem que foi assinado pelos caciques e chefes de postos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul.

O indígena Celso Fialho, morador da Aldeia Bananal, em entrevista concedida no dia 5 de fevereiro de 2008, afirma que, na época, ele era Presidente do Conselho Tribal da Aldeia e participou da reunião em Campo Grande. Segundo suas palavras:

Na época, o projeto veio pronto para beneficiar duas aldeias - Aldeinha, em Anastácio, e Passarinho, no Posto Indígena de Pilad Rebuá. As lideranças daqui e a FUNAI pedimos para que a aldeia fosse beneficiada pelos mesmos motivos de impacto e também não deixa de ter perigo; por isso, obtivemos recursos [...]

Numa entrevista concedida na mesma data, por Manoel de Souza Coelho, ex-cacique da Aldeia Bananal, informou que participou da reunião em Campo Grande, sendo o primeiro indígena a se manifestar no encontro:

Durante a reunião, um dos membros perguntou como é que ficamos sabendo dos recursos e disseram que somente duas Aldeias seriam beneficiadas com recursos, porque ficam perto da tubulação de gás, de cinco a dez quilômetros perto do traçado. Fomos convidados pelo Marcos Terena e perguntei de onde são as pessoas que estão compondo a mesa de autoridades. Então pedi para que se apresentassem, e eram gerentes de bancos. Por que nós, índios Terena, não fomos consultados pelo Posto Indígena de Taunay e nem Ipegue? Eu quero saber. Se nós temos direito igual a Pilad Rebuá e Anastácio [...] com isso, os outros caciques reforçaram o pedido e então conseguimos uma reunião somente com índios, separados dos brancos.

As lideranças indígenas conseguiram fazer uma reunião entre eles, sem a presença dos purútuye, para buscar um consenso para a problemática levantada. O objetivo era apresentar propostas conciliatórias aos representantes institucionais nacionais e internacionais, empreendedores e oficiais presentes ao encontro. As lideranças indígenas chegaram a um consenso, apresentando várias propostas aos empreendedores para que fossem incluídas na respostas aos quesitos feitos pelo IBAMA.

O fundo orçamentário, aprovado para execução Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas, fixou o valor em um milhão de dólares, equivalentes, na época, a um milhão e cem mil reais. Esse montante foi distribuído de acordo com a decisão das lideranças indígenas no valor de R\$ 900.000 reais para as dezoito Aldeias indígenas da etnia Terena do Estado de

Mato Grosso do Sul, R\$ 80.000 reais para as Aldeias Terena e Kaingáng de São Paulo, e 120.000 reais para três Aldeias Guaraní de Santa Catarina.

Para o rateio do valor total de novecentos mil reais para a população indígena do Estado de Mato Grosso do Sul, as lideranças indígenas decidiram que as Aldeias mais próximas do traçado do gasoduto ficariam com o valor de cem mil reais cada. As aldeias Moreira, Passarinho e Aldeinha (Anastácio), além de outras quinze aldeias Terena, receberiam o valor equivalente a quarenta mil reais cada, totalizando seiscentos mil reais.

3.3 Proposta das lideranças indígenas Terena

Nesta mesma reunião, que aconteceu em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, várias decisões foram tomadas entre as lideranças indígenas, sendo apresentadas às autoridades responsáveis pelo financiamento e construção do gasoduto Bolívia–Brasil. As solicitações abaixo estão em conformidade com o relatório final (1998 p.3).

- Todas as aldeias Terena fossem consideradas na análise, independentemente da distância de cada uma delas em relação ao projeto do gasoduto;
- Todos os benefícios resultassem de consulta aos próprios líderes e comunidades indígenas;
- Uma comissão indígena fosse estabelecida para participar da elaboração do programa;
- As terras agrárias dos Terena deveriam ter regularizada a sua situação fundiária;
- Os recursos destinados às comunidades indígenas não fossem passados às Prefeituras locais;
- Fosse elaborado um plano de esclarecimento e conscientização das Aldeias relativas a questões sociais e de saúde (doenças sexualmente transmissíveis, alcoolismo, prostituição, etc.);
- Um canal de comunicação fosse implantado entre os Terena e os empreendedores, para tratar de quaisquer assuntos de interesse;
- A força de trabalho indígena tivesse preferência na construção do gasoduto;
- Um seminário sobre o gasoduto fosse organizado com a participação dos chefes indígenas Terena das diversas Aldeias de Mato Grosso do Sul.

Foi criada uma Comissão com representantes indígenas que incluía representantes da FUNAI, PETROBRÁS e IBAMA. Esta comissão ficou responsável por visitar as aldeias indígenas para fornecer todos os detalhes da construção do gasoduto, promovendo consultas e garantindo a participação das comunidades indígenas no processo. Na reunião da comissão, que aconteceu em Brasília, decidiu-se por realizar um seminário em Aquidauana, MS, visando a dar continuidade à preparação do Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas. Este seminário ficou previsto para os dias 15 e 17 de outubro de 1997, garantindo a participação de todas as partes inseridas no projeto. O objetivo do seminário foi prestar esclarecimentos aos líderes indígenas e assinar o Termo de Compromisso, programar ações do Plano de Apoio às comunidades e entregar, por escrito, as demandas que fossem consideradas prioritárias nas aldeias indígenas.

No seminário, foram organizados grupos para discutirem com as lideranças indígenas as necessidades prioritárias de cada população e as estimativas de custo para cada projeto solicitado dentre as dezoito aldeias do estado de Mato Grosso do Sul. Na época, havia grande deficiência de projetos sociais nas áreas de educação, saúde, sustentabilidade ecológica e econômica para os povos indígenas. Todos estes fatores levaram as lideranças indígenas a relacionarem prioridades para as suas aldeias. O montante de solicitações extrapolou os valores estabelecidos pelas agências financiadoras do empreendimento, que foram obrigadas a apresentarem uma outra planilha de custos, em outra reunião, para que se tomasse uma decisão final sobre os projetos elencadas pelos líderes indígenas.

As lideranças indígenas preocupadas com a transparência na aplicação dos recursos, decidiram criar várias comissões durante o seminário que aconteceu em Aquidauana. Solicitaram, ainda, a criação de um Comitê Executivo e de um Comitê de Gestão para o projeto.

O Comitê Executivo foi composto por um representante da Fundação Nacional do Índio, um representante da Transportadora Brasileira de Gasoduto, um especialista em temas sócio-econômicos, um cacique do Estado de Mato Grosso do Sul, um cacique do Estado de São Paulo e um cacique do Estado de Santa Catarina. O Comitê tinha como objetivo fiscalizar o Plano de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas. O objetivo era cumprir os acordos feitos com base nas propostas dos índios, aprovar verbas observando a execução do cronograma de acordo com o trabalho executado, com análise sobre os avanços e ajustes, de modo que tudo se fizesse em consonância com o projeto.

O Comitê de Gestão também foi criado de forma ampliada, com a participação de todos os caciques de cada uma das aldeias que foram beneficiadas no projeto. O comitê

contou com apoio técnico de representantes da Transportadora Brasileira de Gasoduto, um para o Estado de Mato Grosso do Sul, um para o Estado de São Paulo e outro para o Estado de Santa Catarina.

Cada cacique, dada a sua representatividade comunitária, fiscalizaria os trabalhos e o andamento da construção das obras propostas no projeto relativas a cada aldeia. Dessa forma, ficaria assegurada a aplicação correta das verbas alocadas.

Atendendo à proposta das lideranças indígenas, foi prevista a abertura de contas correntes no Banco do Brasil, que possui agências em várias cidades próximas aos aldeamentos atingidos pelo projeto, para facilitar o repasse de recursos financeiros. Essas contas seriam movimentadas com a anuência dos representantes do comitê executivo, proporcionando às lideranças o acompanhamento dos gastos acumulados. Os líderes indígenas poderiam ter acesso ao saldo informativo de cada aldeia beneficiada pelo projeto, o que garantiria a transparência e um controle rígido dos recursos recebidos.

3.4 Resultado das negociações – uso dos recursos econômicos

A primeira consulta pública, que aconteceu no dia 19 de agosto de 1997, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, foi o marco do primeiro encontro de líderes indígenas com os representantes institucionais, financiadores e empreendedores de um projeto de grande relevância no campo político, econômico e social, resultado de um longo tratado entre dois países, Bolívia e Brasil.

O encontro entre lideranças indígenas e os “purutuye” incluiu uma exposição dos Terena sobre os seus valores culturais, para convencer os empreendedores da relevância do projeto.

As lideranças fizeram uma apresentação do modo de ser e viver Terena, especialmente sobre os valores culturais da união política e familiar, demonstrando a importância de estarem ligados entre si, com interação e reciprocidade, independentemente da distância física que os separa.

Os empreendedores, inteirados do modo de ser e viver Terena aceitaram as propostas das lideranças indígenas na ampliação de benefícios para todas as aldeias que foram identificadas durante o Estudo de Impacto Ambiental, no trecho do gasoduto.

O seminário realizado em Aquidauana, MS, de 15 a 17 de outubro de 1997, representou um dos momentos fundamentais para as lideranças indígenas detalharem aos

empreendedores a realidade que começava a se esboçar, com a apresentação e entrega das demandas das aldeias indígenas mapeadas no traçado do gasoduto. Neste seminário de consulta com as lideranças indígenas, foram retomados todos os assuntos de reunião de trabalhos, com apresentação detalhada do projeto GASBOL. Os técnicos e promotores do projeto responderam às perguntas que foram feitas e, em seguida, houve a divisão de grupos indígenas para que pudessem discutir os assuntos e, posteriormente, apresentar as demandas de cada aldeia.

O seminário apontou as prioridades e demandas das populações de cada aldeia indígena envolvida no projeto, destacando-se a área da saúde. A maioria das lideranças reivindicou a construção de um posto de saúde ou compra de ambulância. No tema da educação, destacaram a construção de escolas ou sua ampliação, além da compra de transporte escolar. Por último, discutiu-se a questão das atividades econômicas.

No seminário de consulta que foi realizado em Aquidauana com as lideranças indígenas e empreendedores, a Aldeia Bananal apresentou uma demanda inicial para a construção de escola, enquanto que a Aldeia Lagoinha reivindicou a construção de escola; a compra de trinta vacas leiteiras e um touro reprodutor.

As demandas apresentadas pelas duas aldeias tinham valores monetários superiores ao rateio decidido entre as lideranças indígenas, que era de quarenta mil reais para cada uma. Na reunião com os empreendedores, realizada no dia 04 de fevereiro de 1998, foi preciso retificar as reivindicações para se ajustarem aos montantes estabelecidos.

Diante disso, a Aldeia Bananal reduziu o pedido para uma possível construção de quatro salas de aulas, segundo a informação do ex-cacique Manoel de Souza Coelho. Em entrevista, o ex-cacique respondeu que o pedido de construção de salas de aulas se justificava porque tinha muitas crianças que estavam estudando embaixo de “pé de manga”, por falta de espaço adequado. O projeto final, que foi aprovado pelas lideranças indígenas, determinava a construção na aldeia de três salas de aulas, uma secretaria e instalações sanitárias.



Fonte: Imagem da Escola Indígena da Aldeia Bananal construído com recursos do projeto Gasoduto, fotografada por Paulo Baltazar em 2009.

A Aldeia Lagoinha também reduziu os gastos com projetos para se chegar ao valor de quarenta mil reais, conforme combinado anteriormente. Trocaram o projeto de construção de escola pela construção de um posto de saúde e compra de vacas leiteiras e um touro reprodutor. Numa entrevista realizada no dia 04 de fevereiro de 2008, o ex-cacique Edvaldo Felix justificou os pedidos:

Só que na época não tinha Funasa (Fundação Nacional de Saúde), então resolveram construir o Posto de Saúde. E outra parte para compra de gado para benefício da comunidade, pensando na produção de leite e geração de renda e também para o consumo das crianças que estavam fracas e alunos da Escola. Era pra vender leite dentro da própria comunidade, já que comprava de pessoas vindo de fora, pensando em multiplicar também a criação de gado.

Conforme a decisão das lideranças indígenas da Lagoinha, foi construído um posto de saúde com uma sala de espera, atendimento médico, atendimento odontológico, banheiro, depósito, sala de farmácia, e a compra de vacas leiteiras e um touro reprodutor.

O uso dos recursos de compensação para as aldeias Bananal e Lagoinha, após dez anos de efetiva implantação, se faz no próximo subitem deste capítulo.

3.5 Considerações sobre o processo decisório dez anos depois

O Estudo de Impacto Ambiental elaborado pelo Prof. João Pacheco de Oliveira, ao responder os quesitos propostos pelo IBAMA, foi de fundamental importância nas recomendações quanto ao trato com as questões indígenas.

Segundo ele, “o processo de consulta poderia ser permanente, ocorrendo antes, durante e após as operações de instalação do duto” (1997, p.15) e aconselhava uma “análise conjunta com as lideranças indígenas de algumas atividades decorrentes dos empreendimentos” (1997, p.01).

A partir desta recomendação, os empreendedores realizaram um seminário de consulta pública em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Houve a participação das lideranças indígenas para questionar porque não foram consultados e porque não tinham o mesmo direito a compensação como as outras aldeias.

Após dez anos de conclusão e entrega das obras que foram construídas nas diversas aldeias indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul, com recursos de compensação do gasoduto, podemos avaliar o processo decisório das lideranças indígenas em vista do seu relacionamento com os empreendedores do projeto.

Na Aldeia Bananal, a construção de salas de aula como fruto do acordo do gasoduto, atendeu a uma real necessidade. A Escola Municipal Indígena General Rondon, da Aldeia Bananal, foi construída, pela FUNAI, em 1946. Na época, contava com poucas salas de aulas, não havendo espaço suficiente para acomodar todos os alunos indígenas. Havia, portanto, necessidade de uma ampla reforma na sua estrutura física, incluídas as instalações elétricas e hidráulicas.

Na Aldeia Lagoinha, já existia um prédio antigo que funcionava como posto de saúde, constituindo-se de dois cômodos, construídos pela comunidade, com recursos ofertados pelos indígenas que trabalhavam nas usinas de destilaria de álcool. Esses trabalhadores contribuíam com recursos financeiros para a comunidade, como forma de manutenção das famílias, em caso de urgência, durante o contrato de trabalho.

O posto de saúde da aldeia estava em precárias condições de conservação, não possuía equipamentos mínimos para o atendimento médico e odontológico e não atendia à crescente demanda da sua população. A construção de um novo posto de saúde, na opinião das lideranças da Aldeia Lagoinha, foi de grande importância para a população.



Fonte: Imagem do Posto de Saúde da Aldeia Lagoinha construído com recursos do projeto Gasoduto, fotografada por Paulo Baltazar em 2009.



Fonte: Imagem da placa de inauguração do Posto de Saúde da Aldeia Lagoinha, fotografada por Paulo Baltazar em 2009.

Hoje (2010) o posto de saúde conta com equipamentos odontológicos, médicos, farmácia com medicamentos básicos, oferecendo atendimento específico aos hipertensos e diabéticos, coleta de exame de sangue, presença de médico, dentista, nutricionista e enfermeiro para atendimento à comunidade.

Os agentes de saúde são índios moradores da aldeia, contando com rádio amador para solicitar ambulância em caso de emergência e um telefone público (“orelhão”), instalado no próprio posto de saúde.

É importante ressaltar que o Posto de atendimento de saúde da Aldeia Lagoinha é mantido pela FUNASA (Fundação Nacional da Saúde) e Prefeitura Municipal de Aquidauana. A compra de medicamentos e a contratação de médicos e dentistas são feitas pela Funasa; os agentes de saúde indígena e os enfermeiros são funcionários do município ou da Funasa (alguns mais antigos são funcionários da FUNAI).

As lideranças da Lagoinha solicitaram, como compensação, a construção de tanque para a criação de peixes, porém o levantamento feito pelos técnicos da área econômica inviabilizou a idéia. Eles “constataram que a aldeia possui relevo impróprio, ausência de água corrente, não perene, além das características física do solo serem inadequadas para um represamento de água, inviabilizando esta atividade” (1998, p.19).

As lideranças indígenas acataram a justificativa feita pelos técnicos, mas sugeriram, como alternativa, a aquisição de 11 novilhas de 24 meses, sete vacas de cria solteiras, três vacas com cria e um touro reprodutor da raça Zebu, conforme a nota fiscal de venda número 5220934, de 26 de outubro de 1998, totalizando 25 animais.

O ex-cacique Edvaldo Felix, em entrevista concedida no dia 04 de fevereiro de 2009, justificou assim a compra de animais, conforme já citado à pagina 66, desta dissertação:

Outra parte dos recursos destinava-se para compra de gado para benefício da comunidade pensando na produção de leite e geração de renda e também para o consumo das crianças que estavam fracos e alunos da Escola. Era pra vender leite dentro da própria comunidade, já que comprava de pessoas vindo de fora, pensando em multiplicar também a criação de gado.

Em entrevistas, outros moradores da Aldeia Lagoinha discorreram sobre os animais comprados com recursos da compensação do gasoduto. Após dez anos de implantação, verificamos que o projeto, de suma importância para o atendimento e combate à desnutrição de crianças indígenas e alunos da aldeia, não teve êxito e os animais adquiridos foram sacrificados pela população. Segundo os líderes, os motivos que levaram à perda dos animais foram a falta de pastagens adequadas, o reduzido espaço de criação, a falta de água para os

animais, principalmente no período de seca, as exigências da raça bovina que requeria um manejo correto.

Finalmente, a substituição do projeto inicial apresentado para líderes indígenas através dos especialistas em viabilidade econômica merece destaque por considerar o atendimento às crianças com carência nutricional, o que seria de grande relevância social. Talvez tivesse sido esse o principal benefício do projeto para as populações indígenas da região.

Outro fator que deve ser considerado quanto a projetos destinados às populações indígenas refere-se aos “cronogramas”, elaborados pelos promotores, que não levam em consideração o calendário cultural indígena, incluindo-se o tempo necessário para a tomada de decisões. O processo decisório, que passa necessariamente pela busca do consenso e maturação das idéias, muitas vezes entra em choque com a agenda dos brancos.

Na elaboração de projetos para a área indígena seria prudente considerar o calendário indígena, como fator chave para o bom relacionamento entre as partes e como veículo para os acertos nos projetos. Deste modo, evitam-se atropelamentos de prazo em busca de propostas urgentes ou imediatistas, de ambos os lados.

Assim como foram analisadas as possibilidades de construção de tanques para a piscicultura, culminando a análise em região imprópria, os especialistas e técnicos poderiam ter feito o mesmo em relação à criação do gado, oferecendo treinamento e adequando o espaço físico e humano para tanto, se considerado o tempo – calendário dos Terena para o amadurecimento da idéia e sua satisfatória implantação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso histórico dos Terena, particularmente no território sul mato-grossense, depararam com vários acontecimentos importantes, como, por exemplo, a guerra do Paraguai, outros grupos étnicos, colonizadores, viajantes, missionários, o Estado Brasileiro com o SPI, e a Comissão de Linhas Telegráficas, partindo de Rondônia onde os Bororo estiveram envolvidos diretamente com a construção da rede telegráfica sob o comando de Rondon, que conforme consta nos registros, evidencia o respeito pela decisão dos Bororo durante a execução do trabalho.

Rondon relatou a decisão do líder Bororo, depois de ter prestado relevante serviço ao Estado Brasileiro, na construção da linha telegráfica, os Bororo não quiseram continuar o trabalho, alegando que não poderiam atravessar o rio Taquari, porque o território não lhes pertencia, mas sim aos Terena, Guaicuru, Uachiri e outros povos.

Exemplo de respeito à decisão das lideranças Terena aconteceu com os missionários protestantes, que moraram no distrito de Taunay enquanto esperavam a permissão de entrada na Aldeia Bananal. Somente depois de receber a autorização do SPI, que aconteceu o encontro oficial dos missionários protestantes com os Conselheiros Tribal da aldeia, explicando a razão da entrada na aldeia Bananal e com objetivo de construir uma escola. O objetivo foi levado ao conhecimento de todos na reunião ou “houxóvoti” onde os conselheiros aprovaram, isto significa, que todos tiveram o dever de argumentar com parecer individualizado, conforme o ritual do processo decisório tradicional.

A presença administrativa do “purutuye” na aldeia Bananal representada pelo SPI, foi marcada de conflitos entre os Terena, que foram vítimas de desrespeito para com os valores culturais, principalmente na organização social que foi profundamente afetada com a interferência nas atribuições e decisões do Conselho Tribal, alterando a vida cotidiana dos Terena e provocando ânimos.

O desrespeito pela decisão dos líderes Terena foi explícita quando o funcionário do SPI abusou do poder destituindo e prendendo o capitão da aldeia sob acusação de instigar uma revolta por parte dos moradores Terena contra o órgão oficial do governo brasileiro.

Diante de vários acontecimentos dessa natureza, fica visível a falta de respeito pelos líderes Terena, por parte dos não indígenas, ao processo decisório Terena na escolha da liderança, principalmente para o cargo de cacique.

As lideranças Terena trouxeram do “Exiva” o processo tradicional de decisão que exigia constantes encontros de conselheiros tribais para manifestarem individualmente a sua opinião, refletindo os interesses da comunidade. Esse encontro, chamado de “houxóvoti”, que o purútuye chama de reunião, coordenado pelo “chefe de guerra”—hoje conhecido como “Presidente do Conselho Tribal”—buscava o consenso do grupo. Posteriormente, a decisão final era levada ao conhecimento do cacique.

Nota-se, portanto, que as lideranças Terena, ao chegarem ao território brasileiro, já possuíam o modelo de reunião tradicional típico de sua organização social para decidirem os interesses da comunidade indígena. O exemplo clássico remete à escolha do cacique da aldeia, que mesmo sendo feita de forma consensual e hereditária, era submetida à apreciação de cada um dos conselheiros tribais, que faziam uma argumentação individual das características pessoais do novo líder.

O processo consagrado no “houxóvoti” é prática tradicional e usual de decisão dos Terena até hoje, que buscam o consenso, a participação e a transparência nos trabalhos realizados. O caso escolhido para a presente dissertação focaliza a participação das lideranças Terena durante o projeto da construção do gasoduto Bolívia/Brasil, ocorrida em 1998. Esses líderes negociaram com os empreendedores do projeto um acordo de benefícios, visando às necessidades de cada uma das aldeias que foram afetadas no traçado daquele empreendimento. A partir dessa análise, pretendeu-se chegar aos elementos constitutivos desse processo decisório, do ponto de vista do índio, que podem nortear futuros projetos de iniciativa governamental ou não governamental, cujos efeitos se façam sentir na comunidade Terena.

As aldeias Bananal e Lagoinha, situadas no PIN Taunay, Mato Grosso do Sul, serviram de referencial para a análise desse processo decisório. Nelas se observa, com frequência, a reedição do “houxóvoti”, que abarca praticamente todas as instituições culturais do povo Terena: escolas, associações religiosas, associações comunitárias, associações de mulheres, grupos de danças indígenas, equipes de futebol e as celebrações tradicionais.

Os Terena são participantes entusiasmados dessas reuniões porque elas são parte constitutiva da sua tradição cultural, como uma forma de honrar os seus antepassados. Essas reuniões se revestem de rigor e importância, dada a prestação de informações e conhecimentos a todos os moradores das aldeias.

É dever do cacique informar a pauta da reunião aos conselheiros tribais, e quando isto não acontece, sua função pode ficar comprometida, correndo até o risco de ser destituído do cargo, fato comprovado por registros orais e bibliográficos. Por sua vez, os líderes indígenas

que se reúnem com os “purútuye” se consideram importantes, uma vez que é sinônimo de prestígio aos olhos da população indígena representá-los em diálogo com o outro—neste caso, o branco.

A reunião, entendida como tal pelos índios Terena, reveste-se de um caráter solene. Muitos “purútuye” desconhecem que os Terena estão acostumados com reuniões, não apenas para uma rodada de negociações, mas muito mais como um importante processo para se chegar ao consenso de grupo. Não se trata apenas de exhibir dons de oratória pessoal, mas, sobretudo, valer-se de uma oportunidade estratégica para conversar, conhecer, se apresentar, sentar-se à mesa com os “purútuye” — de igual para igual. O processo decisório, analisado nesta pesquisa, evidenciou que cada representante indígena se interessava pelos temas discutidos, estava aberto a ouvir e disposto a participar, para entender melhor o novo condutor do desenvolvimento energético do país que repercutia também no seu território.

Várias reuniões foram realizadas entre lideranças indígenas e os responsáveis pelo financiamento e construção do gasoduto Bolívia/Brasil. Merece destaque a primeira reunião em Campo Grande, que foi um marco importante para os líderes, quando questionavam a justificativa dos responsáveis brancos para compensar apenas três aldeias indígenas, enquanto as lideranças de outras aldeias não foram consultadas.

Uma das justificativas dos empreendedores para a compensação diferenciada se fundamentava nos levantamentos antropológicos realizados que indicavam as diferentes distâncias das aldeias a partir do traçado do projeto. Por outro lado, mencionaram a falta de recursos econômicos para atender outras aldeias.

Os líderes indígenas imediatamente reprovaram o projeto unilateral dos “purútuye” em conceder compensação financeira para apenas três aldeias indígenas Terena no Estado de Mato Grosso do Sul. Em contraposição ao projeto apresentado pelos purútuye, os índios argumentaram que na tradição dos Terena não se leva em consideração a “distância”, mas a relevância dos laços de reciprocidade. Todos os indígenas estão unidos numa rede de familiares presentes em diversas aldeias, independentemente das fronteiras colocadas pelo governo dos brancos.

Os empreendedores levaram as propostas dos líderes indígenas aos órgãos financiadores do projeto do gasoduto, solicitando a liberação de mais recursos para serem estendidos a todas as aldeias identificadas no projeto do gasoduto. Como resultado, foi aprovado e liberado um montante de um milhão de dólares para serem igualmente distribuídos entre as aldeias atingidas pelo projeto.

A participação das lideranças indígenas na reunião resultou num bom relacionamento com os responsáveis pelo empreendimento. Isto permitiu a apresentação de propostas relevantes, como foi o caso da negociação entre os líderes, quando decidiram que todas as aldeias do Estado de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, que foram identificadas, receberiam os mesmos benefícios da compensação financeira prevista no projeto.

As lideranças apresentaram ainda várias propostas aos empreendedores, tais como a criação de comitê executivo, comitê gestor, comissão de acompanhamento —para garantir a transparência, segurança e controle dos recursos aplicados nos diversos projetos que as lideranças definiram para cada aldeia indígena.

Como resultado, após dez anos de iniciado o projeto do gasoduto, as aldeias que foram pesquisadas para a presente dissertação apresentaram resultados positivos, assim considerados pelas próprias comunidades:

Aldeia Bananal: construção de uma nova Escola atendeu as necessidades urgentes possibilitando a implantação do Ensino Médio para atender à clientela escolar das aldeias vizinhas, além do próprio Bananal.

Aldeia Lagoinha: construção de um posto de saúde, que conta inclusive com uma ambulância para atendimentos de emergência, atendimento nutricional, presença de um enfermeiro e agente comunitário de saúde.

Um ponto negativo na compensação da comunidade de Lagoinha se restringiu a um projeto pecuário que fracassou por falhas técnicas. Por falta de pastagens adequadas, reduzido espaço de criação, falta de suprimento de água para os animais, principalmente no período de seca, e ainda a falta de acompanhamento técnico especializado, a introdução de vacas leiteiras, além de um touro reprodutor, não produziu os resultados esperados. Os animais não resistiram às condições inadequadas e foram sacrificados. Neste caso específico, faltou acompanhamento técnico para que o projeto pecuário desse bons resultados. Este fato aponta para a necessidade de acompanhamento especializado quando a tecnologia para implementá-lo vai além dos recursos existentes na comunidade.

O êxito nos projetos de desenvolvimento social dirigido aos povos indígenas depende, em muitos casos, da mediação de agentes promotores que possam “ver as coisas do ponto de vista dos nativos”, como afirma Clifford Geertz (1983, p. 88). É preciso conhecer o “outro”, suas características culturais e territoriais, que produzam uma interpretação densa de seu *modus vivendi*.

Os projetos permitem que os líderes indígenas busquem benefícios para as suas comunidades, de modo que o seu prestígio se mantenha e a sua continuidade no cargo seja efetivada. Como afirma Arruda (2003, p. 38), o líder indígena “sustenta-se no prestígio e o prestígio sustenta-se na capacidade de doar, de intermediar interesses, de ser um porta-voz eficiente da sociedade”.

Arruda (2002, p. 138) em “Territórios Indígenas no Brasil: aspectos jurídicos e culturais,” a vigência do texto da Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotado em 27 de junho de 1989, com vigência no Brasil a partir de 25 de julho 2003. O foco recai sobre “populações indígenas e tribais, assegura o direito de participação nos processo de decisão, formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional, suscetíveis de interferir diretamente as populações indígenas”.

Os artigos 6º. e o 7º. da Convenção da OIT (1957, p.06) formaliza como dever do Estado a prática de “consulta prévia aos povos interessados, de boa fé, maneira apropriada e em particular, por meio de suas instituições representativas [...]. Assim, o direito dos povos interessados de decidir suas próprias prioridades em relação ao processo de desenvolvimento [...] fica garantido em todas as situações, pois pode exercer o direito participativo toda vez que algo afete suas vidas, crenças, instituições, seu bem estar espiritual e as terras que ocupam”.

Como forma de aplicar a presente pesquisa a projetos concretos de desenvolvimento comunitário em área indígena, especificamente no caso Terena, alguns princípios devem ser levados em conta. Esses princípios ficaram evidenciados no estudo de caso da construção do gasoduto Bolívia/Brasil e o processo decisório Terena:

Princípio 1: Nenhum projeto de desenvolvimento comunitário será bem sucedido se as **lideranças indígenas** não forem envolvidas no processo de negociação, desde o início.

Implicação: Não se pode tomar decisões unilaterais quando se trata de implementar projetos comunitários nas áreas indígenas. As comunidades fazem ouvir a sua voz por meio dos seus representantes.

Aplicação: Os líderes indígenas devem estar envolvidos no processo decisório desde o começo para garantir a viabilidade da iniciativa.

Princípio 2: As lideranças indígenas exigiram que todos os benefícios derivados do projeto do gasoduto fossem **distribuídos igualmente** entre as aldeias

localizadas no entorno do traçado do projeto.

Implicação: Os indígenas valorizam a igualdade ou o nivelamento na distribuição de recursos comunitários, ao contrário dos valores dos brancos, que pressupõem a alocação por valores tais como méritos numéricos ou sociais. A desigualdade nos benefícios aos grupos indígenas provoca divisões ou, até mesmo, o fracasso dos projetos propostos.

Aplicação: Qualquer projeto proposto para a área indígena deverá alocar recursos com distribuição equitativa entre as aldeias atingidas.

Princípio 3: Qualquer projeto que envolva conhecimentos ou tecnologias que não existam na comunidade deve oferecer **assistência especializada** para que seu êxito seja garantido.

Implicação: Projetos que dependam de assistência especializada podem fracassar, se a comunidade não possuir os meios para prover tal assistência (como foi o caso do projeto pecuário na Aldeia Lagoinha).

Aplicação: Os promotores de projetos de desenvolvimento comunitário devem operar dentro dos recursos humanos locais, com a ressalva de que pode ser necessária a assistência de técnicos especializados para que os projetos tenham êxito.

Princípio 4: Todas as decisões das comunidades indígenas se fazem por **consenso**.

Implicação: As decisões das comunidades indígenas não se fazem por voto da maioria. Portanto, o processo decisório exige tempo para a sua maturação e o diálogo entre todos os participantes para que todas as decisões tomadas sejam executadas de forma uníssona e eficaz.

Aplicação: Os promotores devem esperar até que os líderes indígenas cheguem a um consenso sobre as propostas feitas. Deve-se evitar contatos com lideranças de forma unilateral, além de decisões precipitadas. O tempo indígena é diferente do tempo do branco.

Princípio 5: O processo decisório indígena passa necessariamente pela **reunião** dos líderes (houxóvoti).

Implicação: Os líderes indígenas devem ser honrados pelos promotores como forma de garantir o sucesso dos projetos propostos. Este prestígio é fundamental

para o bom êxito dos projetos propostos.

Aplicação: Convocar reuniões com as lideranças é uma forma de honrá-los diante das suas comunidades. Com isto, o consenso, que é fator determinante para o sucesso de qualquer projeto comunitário, tem amplas possibilidades de ser alcançado.

A presente análise abre novas possibilidades de pesquisa. O processo decisório Terena reflete seus valores culturais, transmitidos de geração a geração, que definem e norteiam a comunidade no seu próprio desenvolvimento. A comunidade é soberana na tomada de decisões que têm implicações sobre o seu próprio futuro. A posição dos seus líderes é reforçada no “houxóvoti” (reunião), que serve como espaço dialético nos quais as relações de poder e participação são evidenciadas e os seus valores culturais são reforçados. Quando os líderes são honrados, toda a comunidade é honrada. O consenso, que implica em igualdade, é o marco fundamental para todas as decisões do grupo indígena.

A iniciativa desta pesquisa revelou-se árdua, mas gratificante. A maior barreira foi transpor, para a língua portuguesa, a percepção e a análise que surgiram da vivência (observação participante) de campo, em virtude de o autor pertencer ao grupo indígena falante da língua Terena. Ainda ecoa nos seus ouvidos a sabedoria tradicional recebida dos mais velhos, que sabiam não só contar histórias como também tomar decisões, apoiadas no diálogo e no consenso com os seus companheiros. É a eles que o autor dedica este trabalho. O trabalho de pesquisa foi enriquecedor, porque lhe permitiu igualmente conhecer as diferentes visões que pesquisadores não índios tiveram da vivência histórica e cultural deste povo guerreiro e vitorioso.

Não se considera este trabalho finalizado, mas sim como um ponto de partida que aponta para reflexões sobre o respeito aos direitos indígenas, à cultura e valores em suas relações sociais. Enfim, o processo decisório que sintetiza bem a diferença cultural étnica: indígena e não indígena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira, **Representação e participação indígena nos processos de gestão do “campo indigenista”**: Que democracia? Revista Anthropologicas, Ano 7, volume 14 (1 e 2) 2003, 35-45.

_____. **Territórios Indígenas no Brasil: Aspectos Jurídicos e Culturais**. Rio de Janeiro, LACED, 2002.

ATA DE REUNIÃO DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS DA ALDEIA LAGOINHA. DISTRITO DE TAUNAY. MUNICÍPIO DE AQUIDAUANA/MS. 18 DE DEZEMBRO DE 2000.

ACÇOLIN, Grazielle. **Protestantismo a Moda Terena**. São Paulo – SP, Tese (Doutorado em Sociologia) – Área de concentração: Ideologia, Representações e Cultura. Campus de Araraquara, 2004.

ALTENFELDER SILVA, Fernando. **Mudança Cultural dos Terena**. Revista do Museu Paulista. São Paulo, n.s., v3, 1948.

AZANHA, Gilberto. **As Terras Indígenas Terena no Mato Grosso do Sul**. Brasília, 2004. Relatório Técnico.

BACH, J. Datos sobre los índios Terena de Miranda. **Anales de la sociedad Científica Argentina**. Buenos Aires, nº 82, 1916.

BALANDIER, Georges. **O Dédalo** - Para finalizar o século XX. Tradução Suzana Martins. Rio de Janeiro, Editora Bertrand. Brasil. 1999.

_____. **A Desordem** – Elogio do Movimento. Tradução Suzana Martins. Rio de Janeiro, Editora Bertand. Brasil. 1997.

BOGGIANI, Guido. **Os Caduveos** – Tradução de Amadeu Amaral Junior. São Paulo: USP, 1975.

BIGIO, Elias dos Santos. **Candido Rondon – A Integração Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobras, 2000.

BITTENCOURT, Circe Maria. LADEIRA, Maria Elisa. **A História do Povo Terena**. Brasília: MEC, SEF, USP, 2000.

CARVALHO, Edgar Assis de. **As Alternativas dos Vencidos – Índios Terena no Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CARVALHO, Fernanda S. **Koixomuneti: Xamanismo e Prática de Cura entre os Terena**. São Paulo: Terceira Margem, 2008.

CASTELNAU, Francis de. **Expedições as regiões centrais da América Central**. São Paulo: Nacional, 1949.

Convenção nº 167 - Organização Internacional do Trabalho. Suíça, Genebra. 1957.

Convenção nº 169 – Organização Internacional do Trabalho. Suíça, Genebra. 1989.

EKDAL, E. Entrevista de Apolinário Lili, em 1963. Aldeia União. Miranda – MS.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local**. Novos ensaios em antropologia interpretativa. 8. ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 1983.

_____. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1989.

GONÇALVES, Evanilson Campos. **O Lixo como Problema Ambiental na Aldeia Bananal do Posto Indígena de Taunay no Município de Aquidauana – MS; Base para Discussão Sobre Planejamento Local**. UFMS. Aquidauana – MS. 2006.

HAGE, Jose Alexandre Altahyde. **Bolívia, Brasil e a Guerra do Gás**. Curitiba: Juruá, 2008.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Monções**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ISAAC, Paulo Augusto Mario. **Modo de Existir Terena na Comunidade Multiétnica que vive em Mato Grosso**. São Paulo – SP, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.

JUNQUEIRA, Carmem Silvia. **Antropologia Indígena – Uma (nova) introdução**. 2 Ed. São Paulo: Editora da Puc, 2008.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; HOFFMAN, Maria Barroso. **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Laced, 2002.

MARTINS, Gilson Rodolfo. **Breve painel etno-historico de Mato Grosso do Sul**. 2 ed. Campo Grande: UFMS, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre. O processo de assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

_____. **Os Diários e Suas Margens** – Viagem aos Territórios Terena e Tikuna. Brasília. DF: UNB, 2002.

_____. **Urbanização e Tribalismo** – A integração dos índios Terena numa sociedade de classe. São Paulo: Cortez, 1989.

Plano de Desenvolvimento dos Povos Indígenas –PDPI - Lado Brasileiro – Relatório final – Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande – MS. 1998.

PAES, Vanderleia Leite Mussi. **As Estratégias de Inserção dos Índios Terena** : Da Aldeia ao Espaço Urbano (1990 2005) Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis. UNESP. Universidade Estadual Paulista. Assis/SP, 2006.

RANGEL, L.H.V. **Vida em Reserva; Índios no Estado de São Paulo: Resistência e Transfiguração**. São Paulo: Yankatu, 1984.

RIBEIRO, Darcy. **Os Índios e a Civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIBEIRO, Renato Alves. **Taboco 150 anos Balaio de Recordações**. Campo Grande/MS: Prol, 1984.

CONAMA, Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre os critérios e diretrizes básicas para o processo de Estudos de Impactos Ambientais – EIA e Relatório de Impactos Ambientais RIMA.

RONDON, Candido Mariano da Silva. **Ministério da Guerra Comissão Constructora de Linhas Telegráficas no Estado de Mato Grosso**, Rio de Janeiro: Relatório, 1901.

SANT'ANA, Graziela Reis de. **A Dinâmica do Associativismo Terena no Espaço Urbano**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista - Marília – 2004.

TAUNAY, Visconde de (Alfredo d'Escagnolle). **Entre os nossos índios: Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Layânas, Guatós, Guaycurus, Caingangs**. São Paulo/Rio de Janeiro: Museu Paulista/Melhoramentos, 1931.

WHITTINGTON, Harry. **On the Indian Trail in Paraguay and Brazil**, Edimburgo: Knox Press, 1925.

ANEXOS

ANEXO 1

Ata das lideranças Terena do dia 18 de dezembro de 2000

Aos 18 dias do mês, de Dezembro de 2000, às 9.00 horas, reuniu-se a Liderança e Conselho Tribal da Aldeia Loguiká, no local denominado "Redondo".
Estando presentes os seguintes: Laurenceo Moreira, vice cacique, Rosolino da Silva, Laurenceo Marques, Goldino da Silva, José Mamedio, Florindo Miguel, Tomaz Ortêncio, Ciríaco da Silva, Enivaldo Jerônimo presidente da Associação, Jonas Guilherme, Faucídio Marques, Bário Ventelino, Laurindo Miguel, Wilkhem Morco, Joazeiro Mamedio, Francisco Moreira, Joacé Miguel, Dori Antonio, Reginaldo Miguel, Paitão Delfino.

O motivo da reunião, que levou os autênticos representantes e legítimos da Comunidade da Loguiká, é o seguinte:

1. Encomendar aos órgãos, as instituições, competentes, os medidas tomadas.

2. A partir desta data, o Senhor, Paitão Delfino deixou de ser, cacique da aldeia Loguiká.

3. Justifica-se a presente medida. O Senhor Paitão Delfino, de um tempo, dava sinais de evidente debilidade de sua autoridade, deixando de solucionar as problemáticas que vem surgindo, dia após dia. Muitas vezes deixando de comparecer nas reuniões, quando a sua presença é essencial. Viajava, chegava, sem satisfacões, o que fazer. Sem relatório, sem informações. O pior de tudo, ele isolou-se, distanciou-se de seus companheiros.

Finalmente, pegava os verbos, antes de ser depositada, ou entregue ao tesoureiro, para proveito de si próprio

sem consciência de seus deveres e de seus direitos.

E a liderança decidiu, que o Senhor, Lourenço Moreira, vice-cacique, assumirá o cargo de Cacique da Legação.

Em, Reginaldo Miguel, lavrei a presente Ata, que vai por mim assinada e os demais presentes: A reunião encerrou as 11.30 horas.

Lourenço Moreira

Lourenço Moreira
Cacique da Aldeia

Pavi Antonio Moreira

Francisco Antiquel Moreira

Lourenço Miguel

~~Antônio~~

João Medeiros

Roberto Silva

Flávio Miguel

Tenaz, Hontencio

~~Placido Jorge~~

Azarias Vertelino

Linus da Silva

Reginaldo Miguel
Secretário

V. D. M. G.

Galdino Cece

João Manoel

Mauro de Moraes

João Dias

ANEXO 2

Documento propositivo das lideranças indígenas Terena afetadas pelo GASBOL

DOCUMENTO PROPOSITIVO DAS LIDERANÇAS INDÍGENAS TERENA AFETADAS PELO GASBOL

As lideranças Terena reunidas em Campo Grande, no Seminário de Consulta promovido pela Petrobrás, discutimos o critério de definição das aldeias contempladas por programas de organização sócio-econômico do GASBOL e nos posicionamos contrários à definição através da distância - em quilômetros -, do gasoduto.

Nós Terena formamos uma unidade étnica e temos redes de interação e reciprocidade que não é em função da distância entre aldeias. Um programa só para algumas aldeias irá trazer conflitos, brigas e discórdias que nós caciques não queremos. Assim, nossa proposta é:

- 1- Que todas as aldeias Terena sejam contempladas;
- 2- Caso haja alguma proposta de projeto para algumas aldeias, nós caciques não aceitamos por não termos sido consultados;
- 3- Sugerimos a formação de uma comissão composta por: representantes da Petrobrás, Funai, Ministério Público Federal e Organizações Indígenas e ambientalistas para discutir e formalizar uma proposta de Programa de Organização Sócio-Econômica, discussão esta que devera ser realizada nas áreas indígenas.

Dentro desses propósitos, solicitamos que os representantes do Banco Mundial, Banco Interamericano e Corporación Andina de Fomento considerem as seguintes preocupações e recomendações:

1. É necessária a regularização fundiária da Terra Indígena Terena;
2. Qualquer programa ou recurso para as comunidades indígenas não devem ser repassados ou atribuídos às Prefeituras Locais;
3. São necessários recursos financeiros para a elaboração de um plano de esclarecimento e conscientização das aldeias, o qual será apresentado pela Organização Indígena Comitê Intertribal, como forma de criar mecanismos de defesa e fiscalização da construção do gasoduto e dos seus possíveis efeitos sobre as comunidades indígenas, especialmente as que envolvem doenças sexualmente transmissíveis, alcoolismo, prostituição e demais formas de destruturação étnica;
4. Criar junto aos altos escalões responsáveis pelo Projeto GASBOL, Petrobrás/Funai, um setor de comunicação entre os Terena e o Projeto, para esclarecer dúvidas, resolver emergências ou conflitos e outras providências;

5. Priorizar o uso de mão-de-obra indígena para trabalhar na construção do gasoduto, através de contratação direta e dentro dos padrões da legislação trabalhista;

6. Realizar um seminário na cidade de Miranda (MS), onde se concentra a maioria das comunidades Terena do estado, sobre o empreendimento do gasoduto.

Campo Grande, MS, 19 de agosto de 1997

Aldeia Moreira - TI Pilade Rebuá

Barbada Lima

Aldeia Passarinho - TI Pilade Rebuá

Bruno Martins

Aldeia Ipegue - TI Taunay

Mauro Ruiz

Aldeia Bananal - TI Taunay

Manoel de Souza Costa

Aldeia Cachoeirinha - TI Miranda

Edio Albuquerque

Aldeia Anastácio - TI Anastácio

Jose Felix

Fauz
Manoel Lino

Václis Elias

Zacarias da Silva

Volta Guilhermo do Sudo-
17 0114 TERENA

DOCUMENTO PROPOSITIVO DAS
LIDERANÇAS INDÍGENAS TERENA AFETADAS PELO GASBOL

As lideranças Terena reunidas em Campo Grande, no Seminário de Consulta, promovido pela Petrobrás, discutimos o critério de definição das aldeias contempladas por programas de organização sócio-econômico do GASBOL e nos posicionamos contrários à definição através da distância - em quilômetros -, do gasoduto. *realizado no dia 19 Agosto,*

Nós Terena formamos uma unidade étnica e temos redes de interação e reciprocidade que não é em função da distância entre aldeias. Um programa só para algumas aldeias ou irá trazer conflitos, brigas e discórdias que nós caciques não queremos. Assim, nossa proposta é:

- 1- Que todas as aldeias terenas sejam contempladas;
- 2- caso haja alguma proposta de projeto para algumas aldeias, nós caciques não aceitamos por não termos sido consultados;
- 3- Sugerimos a formação de uma comissão composta por: representantes da Organização dos Terenas, Petrobrás, Funai, Ministério Público Federal e Organizações Indígenas para discutir e formalizar uma proposta de Programa de Organização Sócio-Econômica.

Campo Grande, MS, 19 de agosto de 1997

aldeia Moreira - TI Pilade Rebuá *Branquinho Titon*

aldeia Passarinho - TI Pilade Rebuá *Bruno Aquino*

aldeia Ipegue - TI Taunay *Alfama Pass*

aldeia Bananal - TI Taunay *Wandir*

aldeia Cachoeirinha - TI Miranda *Vídeo Albuquerque*

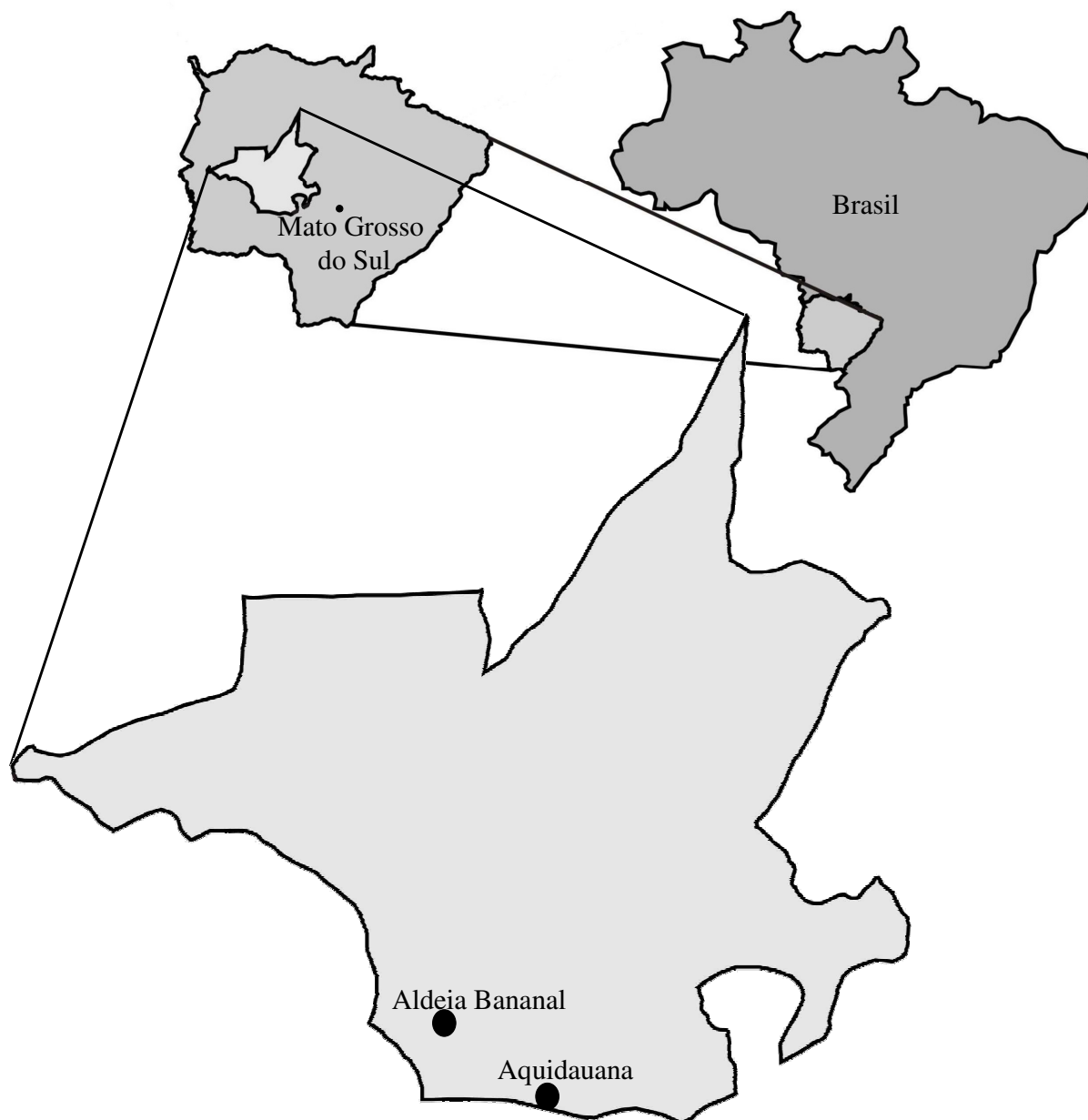
aldeia Anastácio - TI Anastácio *José Gilmar Matos*

Fauz
Zacarias da Silva
Manoel Amado
Válter Antônio da Silva
Agony

ANEXO 3

Mapa da área de localização da Pesquisa

Localização da Área de Pesquisa



ANEXO 4

Mapa – Terras Indígenas no entorno do traçado trecho Corumbá – Curitiba

Folha nº 1.2

ANEXO 5

Mapa – Terras Indígenas no entorno do traçado trecho Corumbá – Curitiba

Folha nº 2.2

ANEXO 6

Mapa – Terras indígenas na área da faixa de influencia (largura = 20 Km)

Folha nº 01

ANEXO 7

Mapa – Terras indígenas na área da faixa de influencia (largura = 20 Km)

Folha nº 02